



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE ABAETETUBA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS SOCIAIS
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA

ANA BEATRIZ SILVA NASCIMENTO

**PRÁTICAS DE RESISTÊNCIA CONTRA A LGBTFOBIA NO CURRÍCULO DA
EDUCAÇÃO BÁSICA.**

ABAETETUBA-PA
2019

ANA BEATRIZ SILVA NASCIMENTO

**PRÁTICAS DE RESISTÊNCIA CONTRA A LGBTFOBIA NO CURRÍCULO DA
EDUCAÇÃO BÁSICA.**

Trabalho de Conclusão de Curso, sob orientação da Professora Dr. Sandra Karina Barbosa Mendes, como parte dos requisitos necessários para a obtenção do Grau de Licenciada Plena em Pedagogia pela Universidade Federal do Pará, Campus de Abaetetuba.

ANA BEATRIZ SILVA NASCIMENTO

**PRÁTICAS DE RESISTÊNCIA CONTRA A LGBTFOBIA NO CURRÍCULO DA
EDUCAÇÃO BÁSICA**

Trabalho de Conclusão de Curso, sob orientação da Professora Dr. Sandra Karina Barbosa Mendes, como parte dos requisitos necessários para a obtenção do Grau de Licenciada Plena em Pedagogia pela Universidade Federal do Pará, Campus de Abaetetuba.

Aprovado em: 02 de Julho de 2019.

Banca Examinadora:

Profa. Dra. Sandra Karina Barbosa Mendes – UFPA
Orientadora – Faculdade de Educação e Ciências Sociais – CAAB/UFPA

Profa. Dra. Vilma Nonato de Brício – UFPA
Examinadora – Faculdade de Educação e Ciências Sociais – CAAB/UFPA

Profa. Dra. Joyce Otânia Seixas Ribeiro – UFPA
Examinadora – Faculdade de Educação e Ciências Sociais – CAAB/UFPA

ABAETETUBA-PA
2019

Dedico este trabalho a minha família, mais em especial a Domingas Nascimento, minha avó paterna, que por longas noites me fez companhia silenciosa e motivacional para a construção e finalização deste trabalho, bem como minha mãe Dinivana Silva que sempre me motivou e esteve presente na conclusão de meus processos educacionais e também as Dinamites (Alessandra, Camila, Tatiane e Tays) que escutavam e compartilhavam os dilemas e dificuldades para a produção de cada trabalho.

AGRADECIMENTOS

Agradecer me fez lembrar tudo aquilo que já vivi dentro do curso. É um emaranhado de emoções ainda mais evidentes nessa reta final de mais um ciclo que estou concluindo e perceber que todas as dificuldades, as vitórias, as alegrias, os aborrecimentos e os conhecimentos que passei e tive neste curso, me fizeram crescer muito mais do que imaginava.

Agradeço a minha família, que compartilhou durante esses quatro anos e meio todos os momentos que tive de conquistas e perdas no curso, em especial, a minha mãe Dinivana Silva que mesmo não compreendendo algumas temáticas do curso me ouvia incansavelmente falar sobre as aulas, os trabalhos, os professores, os alunos e assuntos das disciplinas.

Aos meus irmãos Sérgio e Júnior, juntamente com o Jorge, meu padrasto, que me apoiaram nas idas e vindas do Campus para casa e vice-versa, quando ficava inviável pegar o ônibus da Federal.

E *In Memoriam* a meu pai Paulo Raimundo Nascimento, que mesmo não estando presente nessa minha trajetória acadêmica sempre se fez presente em meus pensamentos e coração.

A minha avó paterna Domingas Nascimento, que compartilho as melhores noites ao seu lado e que nesse momento final foi a minha maior motivação para o término deste trabalho, pois sem o seu apoio seria impossível esta conclusão!!!

Agradeço por todo o aprendizado adquirido e as amizades que fiz durante os dois anos como Bolsista na Faculdade de Formação e Desenvolvimento do Campo-FADECAM, que subsidiaram o meu processo formativo, profissional e pessoal.

As Dinamites (Alessandra Santos, Camila Machado, Maria Cristina Santos (*In Memoriam*), Tatiane Rodrigues e Tays de Souza) todo o meu amor, respeito, cumplicidade e amizade, pois com elas aprendemos juntas o significado de uma amizade que com todas as dificuldades, famílias, perdas, alegrias, discussões, relacionamentos, conversas, eventos, viagens acadêmicas e conhecimentos conseguimos chegar ao final deste ciclo que inicia como uma nova perspectiva de vida a todas.

Agradeço imensamente a minha orientadora Sandra Karina Barbosa Mendes que atravessou meu caminho na reta final me oportunizando ser sua bolsista de pesquisa, e a possibilidade de discutir a temática LGBTfobia, um assunto totalmente novo dos quais busquei pesquisar dentro do curso e fez com que esse trabalho fosse possível de ser concretizado.

Aos professores da Faculdade de Educação e Ciências Sociais- FAECS, meu obrigado, pois cada um me oportunizou saberes acadêmicos, pessoais que influenciaram grandemente nesta produção e as demais realizadas durante o curso.

Agradeço por fazer parte da Turma Pedagogia 2015 vespertino, turma mais treteira da Faculdade em que tive a oportunidade de adquirir novas aprendizagens, conhecimentos, onde fiz amizades especiais que seguirão pós término do curso.

E a todos os alunos da Pedagogia, da Educação do Campo, Bolsistas, Professores, Técnicos e Funcionários que fiz amizades dentro da UFPA- Campus de Abaetetuba, meus agradecimentos.

RESUMO

Este trabalho aborda as práticas de resistência contra a LGBTfobia no currículo da educação básica e tem com o objetivo analisar em sítios eletrônicos de eventos científicos comunicações orais publicadas envolvendo as questões de gênero, sexualidade e educação em que os autores promovem ações de como resistir aos modelos curriculares discursivos de como viver a sua sexualidade sobre o viés heteronormativo existente na escola e na sociedade, que ao mesmo tempo promove outros discursos que subvertem a ótica deste modelo padrão com o único a ser seguido. Como método de pesquisa deste trabalho utilizamos a pesquisa documental e bibliográfica e para as análises das comunicações orais estão alguns princípios de análise do discurso foucaultiano. Com referencial teórico pautado nos autores Michel Foucault (1988), Louro (2002; 2009), Junqueira (2010; 2010), Borrilo (2010) e entre outros, para que pudéssemos perceber que as análises das comunicações orais nos remetem a temática da heteronormatividade como causadora de reforço que a escola utiliza como modelo social, mas que esta mesma norma traz a oportunidades de resistências em diversas formas e discursos para subvertemos a lógica implantada nas escolas ao longo dos anos, analisadas nas ações de resistências encontradas nessas comunicações orais por meio das formações de grupos sociais, exibição de filmes e discursos de resistência promovidos pelos autores do trabalho, como mecanismos de enfrentamento aos preconceitos que alunos são submetidos nos espaços escolares pesquisados, bem como outros, pois compreendemos com a análise dessas ações nessas comunicações orais, alunos podem combater e minimizar a LGBTfobia presente neste espaço escolar, além da reflexão que essas ações podem encadear novas formas de resistir.

Palavras-chaves: Práticas de Resistência. LGBTfobia. Currículo. Heteronormatividade. Educação.

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 – Comunicações Orais publicadas com os conceitos chaves para a identificação e escolha.	36
QUADRO 2 – Comunicações Orais escolhidas das análises para seleção final após leitura dos resumos.	38
QUADRO 3 – Comunicações Orais escolhidas das análises para seleção final.	39

SUMÁRIO

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS	9
2 SEXUALIDADE, LGBTFOBIA E AÇÕES DE RESISTÊNCIA NA ESCOLA	21
2.1 Sexualidade, LGBTfobia e Resistência	21
2.2 O percurso na identificação das ações de resistência à LGBTfobia na escola	32
3 AS RELAÇÕES DE SABER E PODER PRESENTES DAS AÇÕES DE RESISTÊNCIA À LFBTFOBIA NA ESCOLA	41
3.1 Ações do Projeto Político Pedagógico – PPP	41
3.2. Ações do Currículo	45
3.3. Ações curriculares não formais/gerais	49
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	57
5 REFERÊNCIAS	60

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O presente trabalho de conclusão de curso tem como objetivo analisar práticas curriculares de resistência à LGBTfobia desenvolvidas em escolas de Educação Básica, relatadas em sítios eletrônicos científicos na área de gênero, sexualidade e educação, pois compreendemos que mesmo com o forte e contínuo avanço das práticas heteronormativas nos currículos, emergem paralelamente, várias práticas de resistência dos sujeitos que adotam posições contrárias, que subvertem, em diferentes perspectivas, os processos de normalização a que são rotineiramente submetidos.

O interesse pela pesquisa partiu primeiramente, da temática trabalhada por mim, no projeto de pesquisa do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC/PRODOUTOR) da CAPES como bolsista, coordenado pela professora Dra. Sandra Karina Mendes Barbosa, minha orientadora também, na qual discuti a temática gênero, sexualidade e educação voltadas as questões de práticas de resistências contra a LGBTfobia no espaço escolar de forma que compreendemos a importância de ser discutida e debatida nesse espaço legítimo em discursos e práticas de gênero e sexualidades.

A escola apresenta espaços de produção, representação e atualização de integral conjunto de atribuições discursivas, práticas e de valores heteronormativos, por via da heterossexualidade a qual é estabelecida e vivenciada como exclusiva perspectiva efetiva de expressão de gênero e sexual (WARNER, 1993 apud JUNQUEIRA, 2010), e com isso refletirmos o quão é importante também uma abordagem discursiva voltada para o fenômeno da LGBTfobia nesta instituição (PRADO, 2010).

É perceptível, como afirmado por Butler (2013), que a escola faz de tudo para garantir que a heteronormatividade, como ordem das coisas presentes nesse espaço educativo, tenha êxito em seus processos de heterossexualização e de incorporação de normas de gênero. Contudo, é curioso o fato que mesmo a escola reproduzindo essas normalizações, ao mesmo tempo, ela tenta minimizar essas mesmas manifestações sexuais que são consideradas normais (EPSTEIN; JOHNSON, 2000 apud JUNQUEIRA, 2010).

Outro aspecto a ser ressaltado, está voltado ao crescente aumento da LGBTfobia no contexto escolar, visto que a educação brasileira revela seu caráter discriminatório e excludente, onde a antipatia coberta de preconceitos molda o espaço escolar que atualmente vivemos, gerando situações para a proliferação de práticas violentas e de segregação às pessoas que cotidianamente frequentam a escola, sejam alunos, professores e funcionários.

É notório que dentro do espaço escolar, encontramos a LGBTfobia em seus diversos níveis, por meio de humilhações, ameaças, degradação, chacotas, marginalização e exclusão,

seja dentro do livro didático, das concepções curriculares, nos conteúdos considerados individualistas, assim como nas relações didáticas normalizadoras, que não estão somente nas salas de aula, mas também nas práticas dos professores, dos conselhos de classes, coordenações e nas reuniões com os responsáveis dos alunos (JUNQUEIRA, 2010).

Muitos tratamentos preconceituosos estão evidentes na escola, no horário das chamadas por conta da numeração 24, também quando algum aluno tem seu nome social desrespeitado pelas pessoas que se recusam a chamá-lo assim, nas piadas e brincadeiras sem graças e ofensivas, nas paredes, nos banheiros, nas carteiras, nos bilhetes, na quadra e nos corredores, que as vezes motivam brigas, seja durante ou no fim das aulas, no momento do intervalo, na ida ao banheiro ou na entrada ou saída da escola (JUNQUEIRA, 2010).

É necessário oportunizar ações de enfrentamento que possam proporcionar um ambiente educativo inclusivo para as pessoas ali presentes, principalmente aqueles que são alvos certos e constantemente desse modelo educativo vigente, na qual ocorrem práticas, sobretudo discursivas carregadas de preconceitos, intensamente contra estudantes gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais, que são rotineiramente agredidos verbal e fisicamente, favorecendo a evasão e/ou permanência desses estudantes.

Isso revela como está atualmente nossa realidade educativa enfrentada pela população LGBT no Brasil, com a falta do comprometimento do Estado em elaborar ações efetivas com políticas públicas educacionais de qualidade e que sejam abrangedoras e igualitárias a todos, e de como ela se estruturou fortemente com normalizações que reduzem o outro, principalmente, aqueles que não se adequam aos padrões normais exigidos pela sociedade heterossexual.

Partindo desse pressuposto, em saber sobre as ações que a escola busca amenizar práticas contra a LGBTfobia em seu currículo promovendo a resistência nesse espaço, é que queremos investigar: **como acontece as práticas que a escola tem acionado no currículo para produzir resistência à LGBTfobia, analisadas em artigos do Seminário Desfazendo Gênero?**

Com isso, o objetivo geral deste trabalho é investigar as práticas de resistência a LGBTfobia que tem se manifestado na escola básica. E definimos como objetivos específicos, mapear em sítios eletrônicos de eventos científicos, relatos de experiência, artigos ou comunicações orais que relatem práticas curriculares de resistência à LGBTfobia e analisar as relações de saber e poder presentes nas práticas curriculares de resistência à LGBTfobia.

Segundo Foucault (2007) cada momento produz verdades como construções históricas. E o autor defende que a sexualidade é um dispositivo histórico de poder da

contemporaneidade, formado por práticas discursivas e não discursivas, que constituem um discernimento do indivíduo como uma pessoa que exerce sua sexualidade, numa relação de saber e poder que normatizam e controlam verdades sobre estas pessoas, relacionados aos corpos e prazeres.

É muito importante compreendermos a problematização das concepções de gênero e sexualidade que vem de uma criação sócio-histórica-social, por meio das relações definidas socialmente entre as pessoas, em virtude da complexidade envolvida que transpassa a perspectiva biológica do corpo, incluindo a história de vida, a cultura, a convivência, as emoções e a afetividade.

Esses mecanismos de poder e saber especialmente sobre o sexo, feminino e masculino considerados normais, produziram discursos normativos sobre a sexualidade. E que também é perceptível a grande discussão da mídia sobre a nomenclatura LGBT, mas compreendemos que no espaço escolar não percebemos um esclarecimento e debates voltados a diversidade sexual e de gênero.

Nesse sentido, a importância que os movimentos sociais, em especial o feminismo, trouxeram e provocaram mudanças satisfatórias em conquistas que antes eram consideradas fixas, vem fazendo com que as pessoas que sofrem com a discriminação sexual e de gênero ganhem mais visibilidade e respeito na sociedade, sobretudo dentro das instituições escolares.

A importância da compreensão do que significa a LGBTfobia e as práticas de resistência contra toda e qualquer forma de imposição social, seja de gênero ou sexual, é necessária no processo de igualdade e de desenvolvimento da sociedade, pois é a forma que educadores devem buscar para trabalhar a valorização do que realmente é significativo dentro de suas atividades curriculares e que viabilizem ações que venham suavizar os conflitos relacionados a isso, criando subsídios para reconhecer esses alunos como pertencentes aos espaço escolar.

Deste modo, falar de como vem sendo realizada as práticas de resistência contra a LGBTfobia na escola por meio de ações curriculares e não curriculares, mas que fazem parte da escola analisadas em comunicações orais científicas, é que pretende elucidar a importância que damos a essa temática sobre gênero e sexualidade que transita pelas instituições educativas.

É perceptível que essa temática é importante, pois vale salientar que há referências voltadas a estudos acadêmicos sobre práticas que amenizem e desconstruam esse forte preconceito existente no espaço escolar. Mas que, vem nos últimos anos, ganhando cada vez mais espaço, na promoção de resistência das pessoas que rotineiramente as frequentam, visto

que ainda há muito preconceito com as pessoas LGBT, principalmente com a situação política e conservadora em nossa sociedade, que permeia nos processos de ser, estar e se fazer parte dela, quando não seguimos os padrões normativos que sempre existiram em nossa cultura, que sobretudo é histórica.

A importância de garantir a permanência de alunos LGBT, a atual discussão que fazem sobre Gênero, Sexualidade e Educação, fez surgir o interesse em conhecer como ocorre as ações de resistência nas instituições escolares analisadas em comunicações orais científicas publicadas em sítios eletrônicos que abordassem a temática resistência em seus eventos, visto que em muitos casos as discussões sobre a LGBTfobia nos remete a todos da escola e em seu currículo.

São discussões com os temas relacionados a agressões verbais e físicas, desrespeito com o nome social escolhido, humilhações e piadas homofóbicas no entorno da escola, que alunos enfrentam sem um suporte adequado das instituições. E que vemos muito serem debatidos, com inúmeras propostas de mudanças na melhoria de oportunizar alternativas inclusivas para a nossa formação e para incluir esse alunado. Mas sem se quer nos darmos conta de que é muito além do que isso, é que a garantia do respeito a essas pessoas demanda o reconhecimento igualitário do direito legítimo atribuídos a todos dentro da sociedade.

A importância da construção de instituições escolares que reduzam barreiras discriminatórias e atitudinais exige um reconhecimento maior da diversidade. Até porque o espaço escolar e seu currículo devem respeitar todas as pessoas, bem como as LGBTs para que elas possam ter uma vida digna dentro deste espaço que viabilizem a sua permanência e conclusão dos estudos, que é um direito a todos.

A relevância deste trabalho de conclusão de curso se encontra na necessidade também de promover pesquisas ligadas a temáticas sobre as questões culturais de nossa sociedade, bem como sobre a sexualidade e as pessoas LGBT no ambiente escolar. Porque vemos que a escola encontra-se introduzida nos territórios culturais, cuja sua marca principal é a disputa de produções e legitimações de verdades, movidas pelas relações de poder e saber produzidos nos discursos sobre sexo e sexualidade.

A escola, através desses dispositivos como o currículo, produz discursos sobre o sexo que circulam dentro desse espaço com objetivos específicos, produzindo certos efeitos sobre os sujeitos escolares, especialmente no modo como estes vivem suas sexualidades e nas relações de gêneros que são estabelecidas. E esses efeitos podem ser muito bem discutidos tanto no sentido da sexualidade quanto no sentido da resistência.

Por meio desses saberes ligados ao currículo, o espaço escolar é capaz de abrir espaço

para que os alunos/as adotem posições-de-sujeitos que lhes permitam confrontar os discursos normalizadores da sexualidade e que possam produzir outros regimes discursivos, que provoquem descolamentos de poder e problematizem as verdades cristalizadas sobre os diferentes modos de se viver a sexualidade.

Assim, este trabalho também visa auxiliar pesquisas sobre as práticas de resistências no currículo, onde a escola em seu potencial produtor como uma instituição na qual os sujeitos, sejam alunos e professores ou funcionários, podem problematizar os regimes discursivos que são vinculados pelos documentos oficiais e pelos que circulam na própria instituição escolar, que intencionam subjetivar as sexualidades e podem produzir discursos com outra ordem, além de resistir, de criar estratégias de resistências ao modo como são produzidas esses discursos sobre a sexualidade nos documentos oficiais e por todos que constituem a escola.

Essas resistências podem estar em um terreno fértil no currículo, porque este mesmo currículo corresponde uma construção discursiva entreposta pelas relações de poder e saber, que é sem dúvida, um território político que não se limita somente a informar ou instruir os sujeitos, que não se limitam a grade curricular da escola, antes disso, produz modos de pensamento e de ser, que gera deslocamento e desterritorialização de identidades (SILVA, 2004).

Louro (2009) em texto intitulado “Foucault e os estudos queer”, comenta que para aproximar Foucault a esses estudos *queer* pode parecer estranho de certo modo, porém, já se era de esperar, visto que “[...] *queer* sempre faz pensar no estranho, no esquisito, no excêntrico. Queer parece ser algo que incomoda, que escapa das definições” (LOURO, 2009, p. 135).

Tomaz Tadeu da Silva, em seu livro “Documentos De Identidade: Uma Introdução Às Teorias Do Currículo” (2004), no texto “Uma Coisa “Estranha” No Currículo: A Teoria Queer”, reafirma que,

Historicamente, o termo *queer* tem sido utilizado para se referir, de forma depreciativa, às pessoas homossexuais, sobretudo do sexo masculino. Mas o termo significa também, de forma não necessariamente relacionada às suas conotações sexuais, ‘estranho’, ‘esquisito’, ‘incomum’, ‘fora do normal’, ‘excêntrico.’ (SILVA, 2004, p. 105).

O termo queer, tanto para o português bem como para o inglês, indicar uma expressão pejorativa, como por exemplo, de bicha, sapatão e outros, aos sujeitos não heterossexuais e esconde a sua história de abjeção, de algo que é bizarro ou incomum. E que para muitos estudiosos e militantes, esses termos são inaceitáveis, portanto, homens e mulheres que se

denominam queer, são sujeitos dispostos a viver na diferença, recusando a normalização e integração. Para Louro (2009, p. 135), a expressão *queer*,

ganhou força política e teórica e passou a designar um jeito transgressivo de estar no mundo e de pensar o mundo. Mais do que uma nova posição de sujeito, queer sugere um movimento, uma disposição. Supõe a não-acomodação, admite a ambiguidade, o não-lugar, o trânsito, o estar-entre. Sugere fraturas na episteme dominante.

Alguns pesquisadores e pessoas ativistas ligadas ao estudo *queer*, após vários diálogos sobre as dificuldades encontradas pelos mesmos em realizar ou discutir temas, propostas, perspectivas, conceitos e métodos sobre a temática em eventos já existentes no país, criaram no Brasil, o Seminário Internacional Desfazendo Gênero¹, com o intuito de propiciar um espaço discursivo entre pessoas que trabalham com os estudos *queer* e que esses diálogos dentro do evento possam contribuir com as mudanças na produção de conhecimento, visto que a geopolítica interfere nas discussões voltadas a temática educacional, sobretudo a *queer* e do trabalho realizado no nordeste brasileiro.

O nome do seminário foi inspirado nos livros da filósofa e feminista Judith Butler². A primeira edição do evento, trouxe em sua programação debates sobre a questão da sexualidade e das identidades e um discurso de pluralidade entre os gêneros. O evento ocorreu nos dias 14 a 16 de agosto de 2013, com o tema *Subjetividade, Cidadania e Transfeminismo*, na Universidade Federal do Rio Grande do Norte- UFRN. O evento foi organizado pelo Núcleo Interdisciplinar de Estudos em Diversidade Sexual, Gênero e Direitos Humanos-Tirésias³, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte- UFRN.

A primeira edição contou com uma conferência de abertura internacional, realizada por Marie Hélène Bourcier, com cinco minicursos, oito mesas redondas, uma mostra artística por meio de teatro e cinema com uma série de filmes conhecidos e alternativos exibidos durante o Seminário, além das apresentações de pesquisas em 39 grupos de trabalhos, chamados de (GTs).

No Brasil, nos últimos anos, assistimos o (re) surgimento produzido por várias pessoas de variados discursos, que questionam a temática envolvendo o binarismo, as naturalizações e

¹ As informações sobre o Seminário Internacional Desfazendo Gênero foram retiradas de plataformas digitais de cada sítio eletrônico de cada edição disponibilizado.

² Judith Butler é professora de retórica e literatura comparada na Universidade de Califórnia, em Berkeley. Estudou filosofia em 1980, e seu livro primeiro teve foco no impacto da obra de Hegel sobre os filósofos franceses do século XX, no qual seus livros subsequentes recorrem a teorias psicanalíticas, feministas e pós-estruturalista. E se perguntarmos para quem trabalha com a teoria crítica, sobre a autora, as respostas são relacionadas a teoria queer, feministas, estudos de gêneros, performatividade de gênero e outros. (SALIH, 2016, p. 01).

³ <http://www.nucleotiresias.ufrn.br>;
<https://dceufrn.blogspot.com/2013/08/sexualidade-genero-e-identidade-sao-os.html>

normatizações sobre gênero e sexualidade, que estão ligados a um aspecto multicultural neoliberal que não explica a forma como são produzidas as hierarquias existentes na tal “diversidade”.

Com o compromisso de realizar um seminário que criticassem as normatizações e binarismos sobre as diversidades sexuais e de gênero, o tema para a segunda edição do evento foi intitulado *Ativismos das Dissidências Sexuais e de Gênero*⁴. Esse tema, reforçado em seu caráter político, problematizou e recriou formas produtivas de conhecimento na área de sexualização, humanização e racialização. E produziu, além disso, conhecimentos que foram lançados com o ativismo que está a serviço de políticas para respeitar e reconhecer as múltiplas sexualidades e gêneros existentes em nossa sociedade.

O segundo Seminário Internacional Desfazendo Gênero, aconteceu no período de 04 a 07 de Setembro de 2015, em Campina Grande, interior da Paraíba, onde a comissão organizadora que faz parte do grupo de pesquisa Cultura e Sexualidade (CUS) da Universidade Federal da Bahia (UFBA), convidaram a filósofa Judith Butler para realizar a conferência de abertura.

Tiveram também chamadas de Encontros de Diálogos Interdisciplinares (EDIs), sete rodas de conversas, seis mesas redondas com pessoas ativistas, artistas e/ou pesquisadoras, em especial as que atuam em países da América Latina e de Portugal e Espanha. E tinham conjuntamente as propostas de comunicação oral e de pôsteres para serem apresentados e expostos no evento.

A realização do evento na cidade de Campina Grande, no interior da Paraíba, veio sendo anunciada desde o primeiro seminário, com o propósito central de radicalizar e contribuir para a modificação da geopolítica produtiva de conhecimento existente em nossa sociedade, enfatizando a importância dos trabalhos desenvolvidos no Nordeste Brasileiro.

Com isso, a ideia era que se criasse ao final do evento, uma Rede de Dissidências Sexuais e de Gênero (REDIS) que fossem um espaço horizontal e não institucional de trocas permanentes entre as pessoas que trabalha na área e que também problematizassem outra geopolítica da criação do conhecimento, ao enfatizar a grande cooperação da América Latina aos estudos e políticas para o respeito às diversidades e/ou dissidências sexuais e de gênero no mundo.

Na sua terceira edição, edição que nos interessa para a presente pesquisa, o Seminário Internacional Desfazendo Gênero investiu na construção de diálogos que permitiram

⁴ <http://www.desfazendogenero.ufba.br/>

aprofundar e problematizar as dinâmicas de racialização e sexualização, através de várias atividades. Com o tema intitulado *Com a Diferença Tecer a Resistência*⁵, objetivou abrir espaço para o compartilhamento de dificuldades enfrentadas para inserir as interpelações epistemológicas, teóricas-conceituais, metodológicas e políticas aportadas pelo *queer*, pessoas que não seguem o padrão da heterossexualidade ou do binarismo de gênero, nos eventos já existentes no Brasil.

A organização do evento foi feita pelo Núcleo de Investigações e Intervenções em Tecnologias Sociais- NINETS, da Universidade Estadual da Paraíba, sob a coordenação geral da professora Dra. Jussara Carneiro Costa. O evento ocorreu de 10 a 13 de outubro de 2017, em Campina Grande, na Paraíba. E nesta edição, o Desfazendo contou com 1.450 pessoas inscritas; recebeu 1.052 propostas de comunicações orais e 52 propostas de pôsteres; possuiu 69 simpósios temáticos, 27 oficinas e 32 minicursos.

O evento recebeu para a conferência de abertura a professora Jasbir Puar, a qual é associada ao Departamento de Estudos de Mulheres e Gênero da Universidade de Rutgers, em Nova Jersey, e professora visitante no Departamento de Estudos da Performance da Universidade de Nova York.

A escolha pela terceira edição do evento, está voltada ao tema abordado intitulado "Com a Diferença Tecer a Resistência", que discutiu em sua temática a questão da resistência, principalmente contra a LGBTfobia, enfoque principal deste trabalho de conclusão de curso. Mesmo com a grande quantidade de comunicações orais apresentadas e outros inscritos no evento com a temática LGBTfobia e resistência, nos atentamos para as comunicações orais voltadas a questões educativas e de seus processos curriculares promovedores destas resistências contra a LGBTfobia.

Todas essas edições do Desfazendo Gênero apresentam um grande crescimento acadêmico-científica das universidades que foram sede e das cidades que ocorreram o evento, o que faz esse seminário ser referência nacional e internacional referente às questões de gênero e sexualidade e suas ligações com diferentes marcadores sociais.

Uma característica das diferentes versões do Seminário Desfazendo Gênero é sobre a discussão estar voltada aos diversos problemas envolvendo as relações de gênero e sexualidade com a historicidade das práticas de violências contra pessoas que ficam limitadas

⁵ <http://www.uepb.edu.br/3o-seminario-internacional-desfazendo-genero-sera-realizado-entre-os-dias-10-e-13-de-outubro/>
<http://proreitorias.uepb.edu.br/procult/3o-seminario-internacional-desfazendo-genero-sera-aberto-nesta-terca-feira-com-homenagem-a-zabe-da-loca-9-de-outubro-de-2017/>
<https://blogdomagalmelo.blogspot.com/2017/06/3-seminario-internacional-desfazendo.html>

em padrões normalizadores, com marcadores sociais importantes como raça, etnia, classe e também com os do ativismo social.

Diante disso, a dimensão do evento é grandiosa, pois reúne pessoas interessadas na temática, com suas diversas formações e perfis, com certa influência para estudantes, pesquisadores/as, professores/as de diferentes níveis de ensino, além de artistas e ativistas. Os conhecimentos que fundamentam as ideias desse evento são inspirados em uma construção cheias de desejos, de performances e saberes.

Para a quarta edição, que acontecerá esse ano de 13 a 15 de novembro de 2019, visto que as edições acontecem a cada dois anos, a coordenação responsável será dos professores Natanael Azevedo e Iran Melo, ambos da Universidade Federal Rural Pernambuco, e o tema escolhido foi *Corpos dissidentes, corpos resistentes: do caos à lama*⁶.

Com ele, essa edição reforça ainda mais o seu caráter político, e no seu sentido amplo, de problematizar e recriar formas permanentes de produzir conhecimentos sobre a temática gênero, e também de compreender que essa produção é política, de compreender que o ativismo produz conhecimentos e que todo saber precisa estar a serviço de políticas para que as pessoas respeitem, reconheçam e aprendam com as múltiplas possibilidades de gênero e sexualidade que existem em nossas sociedades.

A presente pesquisa apresentará informações sobre as práticas de resistências contra a LGBTfobia no currículo da Educação Básica, voltada a ações que são desenvolvidas em instituições de ensino que combatam a LGBTfobia que muitos alunos, professores e funcionários sofrem e estão envolvidos no processo de resistência no espaço escolar.

A metodologia utilizada para o desenvolvimento deste estudo será de natureza qualitativa, que se preocupa fundamentalmente com o estudo e a análise do mundo empírico em seu ambiente natural, visto que nessa abordagem, se valoriza o contato que o pesquisador tem direto com a situação que é estudada e que esse pesquisador deva aprender a ser o próprio instrumento fidedigno no momento de observação, seleção dos dados, bem como a análise e a interpretação dos materiais coletados (GODOY, 1995).

Visando à ampla compreensão do fenômeno que está sendo estudado, Godoy (1995, p. 63) diz que,

Os pesquisadores qualitativos estão preocupados com o processo e não simplesmente com os resultados ou produto. O interesse desses investigadores está em verificar como determinado fenômeno se manifesta nas atividades, procedimentos e interações diárias. Não é possível compreender o comportamento humano sem a compreensão do quadro referencial (estrutura) dentro do qual os indivíduos interpretam seus pensamentos, sentimentos e ações.

⁶ <http://www.desfazendogenero.com.br/sobre.php>

Com isso, inicialmente, realizamos, um estudo bibliográfico que serviram como base para a analisar o material de objeto de estudo, pois para Severino (2007), um estudo bibliográfico, o qual é realizado através de estudos anteriores por meio de documentos impressos como livros, artigos e outros, uma vez que se compreende que os textos são fontes das temáticas abordadas na pesquisa pelo pesquisador que a partir do referencial teórico construído por autores que abordam as temáticas nesses textos fontes, se apropria para a produção de conhecimento em sua pesquisa.

Este trabalho de conclusão de curso, também foi realizado por pesquisa documental, em artigos científicos, nas obras de Michel Foucault e outros autores que comentam sua obra e temática do trabalho. A pesquisa documental, com base em Severino (2007), é referente aos documentos que tiveram aqui um sentido mais amplo, porque não são somente documentos impressos, mas principalmente com outros tipos de documentos como em jornais, documentos legais, fotos, filmes, gravações que podem ser realizadas pesquisas.

Pautados nessa metodologia, realizamos o levantamento de sítios eletrônicos científicos ligados ao tema de gênero, sexualidade e educação, e identificamos um sítio que estava diretamente relacionado ao nosso objeto de estudo, trata-se do site do evento científico “Desfazendo Gênero”. Nos debruçamos sobre ele e selecionamos 05 artigos publicados no site do evento, entre relatos de experiências, comunicações orais e trabalhos completos, que apresentaram registros sobre o processo de resistência às situações de LGBTfobia, que fazem referência aos objetivos propostos pela pesquisa.

Como método de tratamento e levantamento de dados, utilizamos alguns apontamentos pautados na análise do discurso Foucaultiana, em que procede a busca das relações históricas, como as condições de produção histórica e política das práticas discursivas nos artigos selecionados; de práticas de resistência à LGBTfobia concretas – na medida em que as palavras são construções e que a linguagem é uma prática constitutiva das relações de saber e poder – que produzem discursos reais e por fim, identificamos o conceito do que é propriamente dito práticas discursivas, visto que é o campo discursivo nas quais se dão regras de formação dos conceitos (MENDES, 2018).

“Foucault não está aí para nos dizer as verdades sobre as coisas, mas sim para nos ajudar a compreender de que maneiras, por quais caminhos, tudo aqui que se considera verdade tornou-se um dia verdadeiro.” (VEIGA-NETO, 2006, p. 87 apud FERREIRA; TRAVERSINI, 2013, p. 216). Nesse sentido, conforme Fischer (2001), para analisar os discursos, segundo a perspectiva de Michel Foucault, precisamos previamente recusar as

explicações únicas, sobretudo as fáceis interpretações e de modo igual a busca constante do sentido último e oculto das coisas, pois é uma prática bem comum referente ao estudo de um “discurso”, visto que o discurso não é somente um ato de fala, ele tem um sentido mais amplo.

E a análise do discurso é feita sobre um discurso que está sendo dito numa dada sociedade, e não apenas pela pessoa que o diz, na qual devemos explorar o máximo do que encontramos nesses materiais discursivos, pois compreendemos que eles possuem relações históricas e políticas que foram produzidas. Até porque a autora nos diz em seu texto que, Foucault utiliza a conceituação de discurso como uma prática social, que está voltada a ideia de que o discurso é produzido por meio das relações de poder, que produzem vários saberes.

Assim, com base no aporte teórico, a serem realizadas sobre a temática abordada, buscaremos elucidar de forma reflexiva sobre as práticas de resistências encontrados nas linguagens discursivas nos textos, contra a LGBTfobia na escola e em seu currículo.

Este trabalho está dividido em duas sessões, a primeira trata em abordar os caminhos em que a pesquisa pretendeu chegar conceitualmente ao seu resultado final, pautada em um levantamento teórico sobre a sexualidade, LGBTfobia e resistência, além de discorrer sobre os caminhos que se pretendeu chegar com o levantamento de dados para a análise discursiva dos textos na segunda sessão.

A segunda sessão está voltada para a análise dos artigos pesquisados e selecionados no site Desfazendo Gênero, o qual discute a temática resistência no 3º Seminário Internacional Desfazendo Gênero, ocorrido na cidade de Campina Grande, no estado da Paraíba, entre os dias 10 a 13 de outubro do ano de 2017, na Universidade Federal de Pernambuco, que publicou o e-book, organizado pelo Núcleo de Investigações e Intervenções em Tecnologias Sociais/NINETS.

A partir de uma leitura prévia dos textos selecionados, definimos três perspectivas de estudo e análise das ações de resistência. A primeira está relacionada às ações ligadas ao projeto político pedagógico escolar, a segunda, são ações que acontecem como proposta curricular no âmbito dos componentes curriculares obrigatórios, impostas ou não, no currículo daquela escola e, por último, são as ações chamadas gerais, que são desenvolvidas dentro do espaço escolar como um todo, tanto por alunos e professores, porém elas, não estão explícitas no currículo e no PPP, mas fazem parte do calendário anual educativo das escolas relacionadas à pesquisa.

Portanto, após a definição dos cinco (05) artigos encontrados e que trabalham com a temática LGBTfobia no currículo, sobretudo a questão da Resistência no espaço escolar, é que

a sessão vai ser trabalhada, através dos três aspectos acima dispostas. O primeiro artigo, tem o título “A discussão de gênero na escola através da arte: reflexões”, de Antônio Alex Pereira de Souza, Ana Maria de Lira Pontes, o segundo tem o título “O cinema e a diversidade na tela da escola” de Rafael Martins de Menezes e Valdenia pinto de Sampaio Araújo.

O terceiro artigo discute a partir do título “Homossexualidade, juventude e experiência escolar: modos de ser e resistir na escola” do autor Júlio César de Oliveira Santos, o quarto trabalha com o título “A identidade e violência de gênero no Cariri Paraibano homofobia no ambiente escolar”, de autoria de Fabiana Farias Macedo e Sheila de Cássia Silva Galvão, o quinto e último artigo é intitulado “Normativas e dissidências de gênero, corpo e sexualidade nas vivências de jovens em espaços escolares” de Francisco Weriquis Silva Sales.

Portanto, este Trabalho de Conclusão de Curso deseja alcançar um maior entendimento pela temática proposta em seu título sobre as práticas de resistências contra a LGBTfobia no currículo da Educação Básica, e que ações a escola realiza como um espaço promovedor desses discursos para minimizar as discriminações que estudantes sofrem cotidianamente e os caminhos percorridos para analisarmos essas ações curriculares e não curriculares.

2 SEXUALIDADE, LGBTFOBIA E AÇÕES DE RESISTÊNCIA NA ESCOLA

Nesta primeira seção abordaremos em sua primeira subseção, as teorias norteadoras para a compreensão deste estudo por meio da sexualidade, LGBTfobia e resistência e na sua segunda subseção discutimos os caminhos que percorremos durante o processo da pesquisa para encontrarmos as ações que contemplam os objetivos propostos nesse estudo, que posteriormente, na segunda seção, serão analisados com base em alguns pressupostos da análise de discurso foucaultiana.

2.1 Sexualidade, LGBTfobia e Resistência

Ao longo do tempo, a sexualidade, sofreu várias modificações dentro dos contextos históricos existentes na sociedade, e por meio desses períodos históricos, a sexualidade ganhou espaço para ser debatida amplamente em diversos contextos, sejam eles escolar ou não escolar. Mas, notoriamente percebemos que a sexualidade dentro da escola ainda não é debatida amplamente.

Durante os períodos históricos, a sexualidade pôde ser vista social e culturalmente, no campo de saber e poder, por diferentes estigmas. Tanto que, para Foucault (1988), a sexualidade é afirmada como um “dispositivo histórico”, por ser uma “grande rede da superfície em que a estimulação dos prazeres, a incitação ao discurso, a formação de conhecimentos, o reforço dos controles e das resistências, encadeiam-se uns aos outros, segundo algumas grandes estratégias de saber e de poder” (FOUCAULT, 1988, p. 100).

Foucault declara que essas estratégias de saber e poder foram criadas devido algumas necessidades específicas que estão relacionadas, porém não são homogêneas, devido aos diferentes mecanismos de poder existentes nessas especificidades, e afirma que

A articulação atual entre família, medicina, psiquiatria, psicanálise, escola, justiça, a respeito das crianças, não homogeneiza estas instâncias diferentes, mas estabelece entre elas conexões, repercussões, complementaridades, delimitações, que supõem que cada uma mantenha, até certo ponto, suas modalidades próprias. (FOUCAULT, 1999, p. 123 apud MOTTA; GASPAR, 2013, p. 06).

Aqui Foucault, nos transmite que estas estratégias de poder, produzem inúmeros saberes em diferentes campos, mas que eles estão relacionados, por isso se tem a articulação de família, escola, medicina, justiça e outros, mas sem desconsiderar que cada articulação atualmente é pautada com suas modalidades e especificações próprias.

Desse modo, as relações de poder não existem apenas para servir a um modelo econômico dominante, mas também para, serem usadas como estratégias de resistência,

estratégias de poder que são conjuntas e, as vezes, integráveis, pois Foucault compreende que não devemos pensar que somos “uma estrutura binária com, de um lado, os ‘dominantes’ e, do outro, os ‘dominados’, mas, antes, uma produção multiforme de relações de dominação” (FOUCAULT, 2006, p. 248 apud MOTTA; GASPAR, 2013, p. 06).

As estratégias de poder elas acabam produzindo também as estratégias de resistência, pois compreendemos que ao mesmo tempo em que a pessoa se deixa dominar por um campo de saber ou poder, ela também produz suas próprias relações de poder e saber nesse ou em outros campos, visto que há inúmeros saberes nestas relações, e que elas podem estar conjuntamente integradas.

Para Foucault, o poder exercido em nossa sociedade, não é algo possuído ou dividido, ele é exercido em diversos caminhos, na qual o poder está interligado, visto que essa relação de poder se dá nas interações sociais, onde os próprios sujeitos que sofrem são os mesmos que exercem esse poder, pois “o propósito de Foucault é perceber que o exercício dos poderes não provém apenas do Estado nem de seus ‘aparelhos’. O poder se organiza como uma rede que engloba a todos” (MOTTA; GASPAR, 2013, p. 05).

Esses poderes que se organizam, englobam a todos a partir do momento que são regulações recíprocas, independentemente das hierarquias existentes e estabelecidas em alguns órgãos, departamentos ou locais, como a do espaço escolar, porque tanto os professores quanto os alunos exercem poderes que ao mesmo tempo se regulam e se mantêm.

Louro (1997), diz que se Foucault traçou uma “História da Sexualidade” (1988), “isso aconteceu pelo fato de compreendê-la como uma ‘invenção social’, ou seja, por entender que ela se constitui a partir de múltiplos discursos sobre o sexo: discursos que regulam, que normalizam, que instauram saberes, que produzem ‘verdades.’” (LOURO, 1997, p. 26). Esses discursos sobre o sexo, ou seja, sobre a sexualidade, também “produziram classificações, dividiram indivíduos e práticas, criaram ‘espécies’ e ‘tipos’ e, simultaneamente, modos de controlar a sexualidade.” (LOURO, 2009, p. 136).

Foucault nos diz que mesmo com toda essa proibição do discurso sobre sexo, havia um certo limite de quem poderia falar sobre o sexo e em que circunstâncias poderiam ocorrer esses discursos, ficando por muito tempo, esse espaço, reservado a alguém próximo ou familiar, neste caso, somente aos pais – em seus quartos, e as crianças e os adolescentes, não poderiam falar sobre sexo ou sexualidade.

Haviam também os lugares clandestinos, onde se pagavam para ouvir sobre o sexo. A sexualidade também foi levada para a Igreja nas confissões, onde passou a serem policiado os discursos que eram produzidos sobre sexualidade e sexo como algo pecaminoso. Mas, essa

questão sobre o pecado e a espiritualidade de falar sobre sexualidade, houve segundo Foucault, um grande interesse político e econômico do Estado, na qual a temática sexualidade começou a ser valorizada não por uma questão espiritual, mas sim econômica e política.

Nesse sentido Foucault (1988), nos diz que o Estado queria controlar e normalizar a sexualidade daquela época, através de um dispositivo de saber e poder e não mais a partir da repressão, pois conhecendo sobre a sexualidade da população, o Estado poderia usar a seu favor para controlar tanto os sujeitos, quanto às práticas sexuais deles. Toda essa prática de repressão sexual teve sua origem com o surgimento do capitalismo, onde a burguesia controlava as forças de trabalho das pessoas, que deveriam ao máximo ter dedicação exclusiva ao trabalho e não ao prazer do sexo, exceto para a reprodução.

Esses discursos que antes eram proibidos, com a influência política, passaram a ter um viés lucrativo para o poder público, pois as pessoas eram controladas através de seus discursos sobre a sexualidade. É a partir daí que as questões ligadas à sexualidade da criança e do adolescente, ganharam mais atenção nessa época e se estenderam para outros lugares, além dos espaços familiares, como a medicina, as escolas e outros.

Nas últimas décadas, grandes transformações vêm afetando múltiplos modos de vida de mulheres e homens, além das mudanças de concepções, em que “[...] as práticas e as identidades sexuais teriam de ser levadas em consideração” (LOURO, 2000, p. 07), e que as inúmeras formas de se construir mulher ou homem, as possíveis formas de viver o prazer e desejos dos corpos, sempre foram promovidas socialmente, mas não deixam também de serem reguladas.

Desde os anos 60, houve debates produzidos pelos movimentos feministas, de gays e de lésbicas, sobre as identidades e práticas sexuais e de gênero, e também por aqueles que se sentem ameaçados com essas manifestações. “Novas identidades sociais tornaram-se visíveis, provocando, em seu processo de afirmação e diferenciação, novas divisões sociais e o nascimento do que passou a ser conhecido como “política de identidades” (STUART HALL, 1997 apud LOURO, 2000, p. 07).

As políticas de identidades são de certo modo as contestações de grupos subordinados relacionados a normalidade das identidades tidas como normais e hegemônicas. Essas políticas também permitiram que outras temáticas fossem discutidas como a da sexualidade, gênero, entre outras, na sociedade de modo geral e não somente nos campos específicos de luta desses grupos.

Para Louro (2000), se as transformações sociais na década de 60, já eram profundas e perturbadoras, em suas formas de relacionamentos e estilos de vidas, nas décadas seguintes

acelerariam ainda mais e passariam a intervir em setores que eram considerados universais. Essas tecnologias reprodutivas, as práticas de violação de classes e fronteiras sexuais, além das articulações de corpo-máquina, desestabilizam hoje antigas certezas, e muitas delas, consideradas tradicionais em noções de “tempo, de espaço, de ‘realidade’; subvertem as formas de gerar, de nascer, de crescer, de amar ou de morrer.” (LOURO, 2000, p. 08).

Essas transformações sociais para a autora estão relacionadas as tecnologias presentes em nossa sociedade no que se refere as questões de construção de identidades sexuais e de gêneros, pois hoje a modos de construir relações amorosas, famílias, criação e geração de filhos de inúmeras formas.

Essas transformações sociais, com clareza, afetam as formas de vida, sobretudo, “de se construir identidades de gênero e sexuais” (LOURO, 2000, p. 08), até para aqueles que não as experimentam de forma, aparentemente, direta. Talvez seja importante compreender “que a sexualidade não é apenas uma questão pessoal, mas é social e política” (LOURO, 2000, p.08), e é construída, de diferentes formas por todos os sujeitos, durante toda a vida.

É importante analisarmos o fato que muitos ainda acham que a sexualidade é algo possuído naturalmente por todos, sejam homens e mulheres, porém se aceitarmos essa compreensão, não fará sentido respeitar esse caráter construído dela em seu sentido político e social.

Nessa lógica, se entendermos “que a sexualidade envolve rituais, linguagens, fantasias, representações, símbolos, convenções... processos profundamente culturais e plurais” (LOURO, 2000, p. 09), iremos compreender que essa perspectiva, não é dada naturalmente, pois os processos culturais são definidores dessa naturalidade, que é produzida e transformada na natureza e na biologia, que por conseguinte se torna também histórica.

Nesse contexto, os corpos passam a serem vistos socialmente com marcas dessa cultura, porque “a inscrição dos gêneros — feminino ou masculino — nos corpos é feita, sempre, no contexto de uma determinada cultura” (LOURO, 2000, p. 09), e que as possibilidades da sexualidade, que expressam suas formas de prazeres e desejos, são socialmente estabelecidas e identificadas; as de identidade de gênero e sexuais que são produzidas e decididas pelas relações sociais, moldadas através das redes de poder existentes em nossa sociedade.

Para Louro (2000), isso volta na questão na qual Foucault afirma sobre a sexualidade ser um dispositivo histórico, em outras palavras, de ser uma invenção social, que é regulada por discursos normalizadores, que produzem verdades sobre o sexo, porém devemos ter um olhar mais envolvido com essa definição de dispositivo.

Compreendermos que a sexualidade para os sujeitos que vivem de desejos e prazeres, exercidas de diferentes formas, é muito importante, principalmente, se relacionarmos com a constituição das identidades sexuais das pessoas, por meio de seus modos de viver a sua sexualidade, seja

[...] com parceiros/as do mesmo sexo, do sexo oposto, de ambos os sexos ou sem parceiros/as. Por outro lado, os sujeitos também se identificam, social e historicamente, como masculinos ou femininos e assim constroem suas *identidades de gênero*. Ora, é evidente que essas identidades (sexuais e de gênero) estão profundamente inter-relacionadas; nossa linguagem e nossas práticas muito frequentemente as confundem, tornando difícil pensá-las distintivamente. No entanto, elas não são a mesma coisa. Sujeitos masculinos ou femininos podem ser heterossexuais, homossexuais, bissexuais (e, ao mesmo tempo, eles também podem ser negros, brancos, ou índios, ricos ou pobres etc.). (LOURO, 1997, p. 27 grifos da autora).

É importante considerar que as identidades de gênero e sexuais são construídas, e com isso, não podem ser determinadas ou estabelecidas em algum momento, como por exemplo, ao nascer, na adolescência ou na fase adulta, na qual essa identidade de gênero ou sexual seja certa ou definida. Visto que, por serem passíveis de transformações, as identidades sempre se constituem (LOURO, 1997).

Notamos que o conceito de gênero foi criado para ressaltar efetivamente que as identidades masculina e feminina são produzidas histórica e socialmente, e como é bastante considerável a variação que essa definição tem no decorrer da história e nas diferentes sociedades para perceber que elas não são fixas. Assim como também, as identidades sexuais não são estáveis.

Silva (2004, p. 106) comenta que a teoria *queer*, problematiza a questão da identidade sexual heterossexual ser definida como normal e que, de modo geral, a homossexualidade é vista como algo fora da normalidade, ou seja, como anormal, um problema.

A heterossexualidade se apresenta como única forma vista como normal de viver a sexualidade. Essa ordem acaba provocando um dualismo, heterossexualidade *versus* a homossexualidade. Isso tudo, ocorre devido a heterossexualidade ser naturalizada socialmente, e ela acaba se tornando compulsória, porque quando tentamos explicar os motivos que levam uma pessoa tornar-se homossexual, colocamos a heterossexualidade como um padrão, uma norma da vida humana, que por algum motivo, algumas pessoas se desviam.

Mesmo que a homossexualidade não seja considerada anormal ou patológica, ao explicá-las, acabamos por naturalizar a sexualidade heterossexual. E para que isso não aconteça devemos buscar mecanismos de problematização sobre essas discussões em relação aos indivíduos “desviantes”. A partir dos anos 70, a heterossexualidade perde um pouco sua

força, devido a homossexualidade não ser mais considerada categoricamente um crime e nem patologia. Com isso, tanto a homossexualidade quanto a heterossexualidade, passaram a serem formas de viver a sexualidade, mesmo que muitas pessoas só aceitam a heterossexualidade como algo normal e sadio.

Em muitos estudos sobre a heterossexualidade, também são realizadas reflexões de modo a compreender as orientações sexuais não-heterossexuais. Isso para as relações sociais pode ser visto como uma forma de pessoas não-heterossexuais serem alvos de atos homofóbicos. E por esse motivo, a LGBTfobia, pode ser considerada como uma forma de heterossexualidade compulsória.

Nos últimos anos, a homofobia como expressão a fim de denominar uma forma preconceituosa e repulsa às homossexualidades, geralmente é vivenciada na sociedade brasileira com certa força política, teórica e crítica que no presente conduz uma pluralidade de sentidos e acontecimentos que excedem a sua primeira definição conceitual. Mesmo que, da perspectiva histórica e analítica, não mostre a diversidade de formas de classificação, hostilidade e intolerância social (PRADO, 2010).

Esse conceito passa a fazer referência a um combo de sensações negativas em relação às homossexualidades, mas apesar disso, não devemos nos limitar a compreensão desse fenômeno e seu enfrentamento como forma de minimizar as atitudes de “indivíduos” ou “grupos homofóbicos”, permitindo em particular as instituições sociais que de modo nenhum teriam relação com isso (PRADO, 2010).

Aos poucos, esse conceito, foi utilizado também em referência a situação de violência, preconceito e discriminação contra pessoas LGBT. E foi do campo individual e psicológico para o âmbito social e eminentemente politizador. Mas recentemente, na compreensão da homofobia, verificamos como o aparato de vigilância das marcas de gênero que alcança todos, independentemente da orientação sexual, mesmo que em maneiras e graus distintos. (PRADO, 2010).

O termo homofobia apareceu pela primeira vez em (1998), em um dicionário de língua francesa, na qual George Weinberg (1972), definiu “a homofobia como ‘o receio de estar com um homossexual em um espaço fechado e, relativamente aos próprios homossexuais, o ódio por si mesmo.’” (BORRILLO, 2010, p. 21). Ou seja, a homofobia é nada mais do que a atitude hostil verbal, física ou psicológica contra homens e mulheres homossexuais.

Weinberg também diz que a origem do termo homofobia estava voltada, primeiramente, ao medo de que a própria pessoa fosse homossexual; a segunda, seria a questão religiosa e moral cristã com o seu preconceito e pré-juízo contrário as formas de sexo

e prazer, que não estavam voltadas a reprodução somente e, a última, seria o desejo oculto e reprimido do heterossexual, visto que o homossexual tem uma certa facilidade e possibilidades de se relacionar com vários parceiros e muitos heterossexuais os detestam por esse motivo (BORRILO, 2010).

A sigla LGBT que utilizamos nesse estudo, está voltada a representação de lésbicas, gays, bissexuais, transexuais/travestis/transgêneros. É uma sigla que vem sendo utilizada a partir do ano de 2009 no Brasil, por meio das políticas públicas, como o Plano Nacional de Promoção de Cidadania e Direitos Humanos de LGBT, mas o que queremos dizer, é que a sigla, não exclui as outras nomenclaturas, GLBT⁷, LGBTTT⁸, LGBTI⁹, LGBTQ¹⁰, muito menos as outras possíveis identidades sexuais na humanidade. E por esse motivo, usaremos à sigla LGBT, e o termo LGBTfobia.

A importância da compreensão do que significa a LGBTfobia no processo de valorização e respeito a diversidade e identidade de gênero, na busca de igualdade e de desenvolvimento da sociedade hoje, sobretudo, no cotidiano escolar que é, as vezes, carregado de manifestações de preconceitos, é a forma que educadores devem buscar para trabalhar a valorização do que realmente precisa ser transformado dentro de uma sociedade heteronormativa que traz consigo discursos carregados de padrões.

A heteronormatividade é baseada no entendimento que a heterossexualidade é a norma, algo natural e que tudo que escapa a ela é tido como anti-norma, anti-natural, sendo necessário trazer para o que é “correto” aqueles que estão se desviando. São essas formas de pensar e de se comportar que estão dando condições para que os fatos narrados ocorram, nos mostrando como família e escola estão inseridas e capturadas por essa lógica e acabam agindo de forma próxima. (FERRARI, 2012, p. 123).

Sobre o conceito de heteronormatividade, que se caracteriza como uma nova ordem social que exige que todos organizem suas formas de vidas sexuais por meio do modelo coerente da heterossexualidade, considerado um padrão, nos faz entender “[...] que a heterossexualidade não é apenas uma orientação sexual, mas um modelo político que organiza a vida das pessoas.” (NOGUEIRA; COLLING, 2019, p. 395). E a heteronormatividade acaba sendo uma ordem social que se “[...] impõe por meio de violências simbólicas e físicas dirigidas principalmente a quem rompe normas de gênero.” (MISKOLCI, 2012 apud NOGUEIRA; COLLING, 2019).

A escola brasileira, ao longo de sua história, organizou-se “por meio de valores,

⁷ Gays, Lésbicas, Travestis e Transexuais.

⁸ Lésbicas, Gays, Travestis, Transexuais, Travestis e Transgêneros.

⁹ Lésbicas, Gays, Travestis e Transexuais e Intersex.

¹⁰ Lésbicas, Gays, Travestis e Transexuais e Queer.

normas e crenças responsáveis por reduzir a figura do outro (considerado ‘estranho’, ‘inferior’, ‘pecador’, ‘doente’, ‘pervertido’, ‘criminoso’ ou ‘contagioso’), especialmente com todas as pessoas que não concordam com os padrões de referência do “adulto, masculino, branco, heterossexual, urbano, burguês, físico e mentalmente ‘normal’” (AQUINO, 1998; MUNANGA, 2005 apud JUNQUEIRA 2012, p. 60). Assim, a escola se tornou um espaço carregado de manifestações preconceituosas, circuladas e discriminadas por meio da classe, raça, cor, sexo, gênero e orientação sexual das pessoas que convivem rotineiramente dentro desse espaço.

É difícil pensar que pessoas são excluídas da sociedade em razão das características físicas e sociais que possuem, como cor da pele, formação física, classe, gênero, orientação sexual, visto que nascemos com essas características e em determinado contexto social. Na sociedade brasileira, ainda há manifestação de prática de segregação, a qual exige de muitas pessoas a sua “adequação” a um padrão de "normalidade" imposto a elas, ao definirem que as pessoas devam ter o mesmo nível de valores físicos, sociais e intelectuais, mas não somos assim, e isso acaba reforçando as discriminações, por isso,

A escola tem sido pensada como uma instituição central na produção de ações voltadas à prevenção do preconceito e discriminação contra pessoas LGBT. Existem vários programas e projetos no contexto brasileiro das políticas públicas voltados à escola, comprometidos com a produção de outros modos de ver e lidar com a diversidade cultural, com os negros, os índios, as mulheres, os homossexuais, os deficientes, enfim, com todos aqueles tidos como excluídos por serem diferentes. É sob a égide destas formações discursivas que o discurso de combate à lgbtfobia tem passado a circular nos documentos oficiais brasileiros e na escola. (MENDES, 2016).

Diante deste desafio, é que se percebe que a temática LGBTfobia deve ser debatida de maneira que possamos combater a violência que muitos indivíduos sofrem e este estudo se faz importante, sobretudo no Brasil, que é o país que mais agride e mata pessoas LGBT e possui um alto índice de preconceito, inclusive, dentro do espaço escolar ocasionando a evasão e exclusão.

Muitas dessas pessoas são assassinadas e agredidas por diferentes motivos, principalmente no que se refere ao perfil das vítimas, como a idade, visto que sempre são jovens entre 17 a 29 anos; a raça, por serem pessoas identificadas como negras e pardas; o gênero e o respeito à identidade de gênero das vítimas nas mídias sociais, pois muitos são desrespeitados principalmente quando possuem nome social; além das condições de classe e contexto social, já que muitos não tem renda adequada para a sua própria subsistência, sobretudo por terem baixa escolaridade provocada pela exclusão escolar (BENEVIDES;

NOGUEIRA, 2019).

Discutir a questão da exclusão desse público nas instituições escolares por meio do controle heteronormativo existente no espaço escolar, que possui um conjunto de práticas heteronormativas, sobretudo em seus discursos, supondo a todos pertencentes a esse espaço que a heterossexualidade é a única possibilidade “de expressão sexual e de gênero” (WARNER, 1993 apud JUNQUEIRA 2012, p. 61), se faz importante e necessário a discussão destas temáticas,

Sendo a escola uma das instituições que desempenham um forte controle heteronormativo, estando a heteronormatividade presente em seus discursos, silêncios e práticas, faz-se necessário repensar a lógica e desvelar os mecanismos de exclusão presentes no cotidiano escolar. (PINHO; PULCINO, 2016, p. 677).

A sexualidade tem ganhado, cada vez mais, a atenção e reconhecimento de professores, médicos, psiquiatras e psicólogos e, por isso,

Problematizar de que maneira as questões de gênero, sexualidades e orientações sexuais estão circulando nas escolas, de que modo são reforçadas, questionadas, modificadas, confrontadas e vivenciadas significa pensar a educação também como resultado dos processos de construção, ou seja, como somos transformados em sujeitos de uma cultura. Essa transformação coloca em funcionamento uma rede de forças e de aprendizagens que também envolve toda maquinaria das escolas. (FERRARI, 2012, p. 267).

Percebemos que com os Parâmetros Curriculares Nacionais, a sexualidade está bastante presente no convívio dos alunos dentro desse espaço e que é inevitável que a escola queira separar ou deixar esse assunto fora dela. Porque até os adultos que circulam dentro dessas escolas expressam as suas sexualidades, seja por exemplo, pela curiosidade dos alunos sobre a gravidez de alguma funcionária, ou pelas fantasias que os alunos têm e fazem sobre os seus próprios parâmetros sexuais por meio de seus professores.

Com isso, a escola como um espaço em que circulam inúmeros discursos, precisa garantir essa correlação existente na sexualidade, ao tratamento que a temática está voltada dentro de sua variedade de valores, de forma bastante consciente e que possibilite uma reflexão que vise a formação de todos que estão participando no processo educativo. E que esse espaço escolar saiba abordar os diferentes pontos de vistas e valores presentes em nossa sociedade que favoreçam a construção de dada referência ao aluno através da reflexão e o respeito as diferenças.

Na escola, antes mesmo de falarmos em respeito às diferenças, poderíamos questionar os processos sociocurriculares por meio dos quais elas são produzidas, nomeadas, desvalorizadas e marginalizadas. Assim discutiríamos relações de poder e processos de hierarquização e o que os “currículos” têm a ver com isso. (JUNQUEIRA, 2010, p. 09).

Dessa forma, cabe a escola promover assuntos que respeitem os pontos de vistas, valores, crenças e identidades existentes na sociedade que auxiliam na construção do indivíduo como um referencial através das reflexões, mas que não tiram a responsabilidade da família, elas devem trabalhar paralelamente, e que em seus currículos não seja trabalhado somente os conteúdos obrigatórios, visto que é necessário a promoção de discussões relacionadas as problemáticas dentro desses espaços, bem como o da violência, sobretudo da LGBTfobia, na qual se oportunize momentos e atividades para a minimizações destas práticas preconceituosas dentro ou não do currículo escolar.

Para Foucault, o verdadeiro campo de luta, é o que deixa em aberto e oportuniza o exercício da liberdade, liberdade essa que é autônoma e decisiva, por existirem inúmeras maneiras de lutar hoje. As lutas que levantam a constituição do indivíduo são grandiosas, como diz Foucault, na qual elas, estão longe de serem pequenas (BRANCO, 2008).

Os jogos das estratégias de poder com suas técnicas de normalização e de individualização, exigem um trabalho constante, através das lutas de resistência como mecanismo de afrontamento a estes jogos. Desse modo, a partir das lutas de resistências poderíamos passar a existir um autogoverno, chamada de governamentalidade, dos indivíduos autônomos e livres. “Uma autonomia exercida em uma esfera pública não-restritiva, dependente apenas do grau de autonomia e liberdade de cada um dos membros da comunidade e da sociedade” (BRANCO, 2008, p. 84).

Essas lutas hoje como um campo verdadeiro no qual é oportunizado o pleno gozo da liberdade com as suas diferentes formas de expressarmos essas lutas, acabam nos dando subsídios para entendermos o quanto são grandiosas, principalmente, para a própria constituição do indivíduo, que está em uma sociedade onde os jogos de poder sempre carregam técnicas na qual somos submetidos a padrões e normas estabelecidas e que necessitam através disso, uma resistência como um mecanismo de não aceitação a esses jogos puramente estratégicos, visando a liberdade dos indivíduos exercendo sua autonomia dentro da sociedade como um membro dela.

Para Wolff, resistência é um conceito que vem da Física. E na física significa a força que se opõe a outra. Já nas Ciências Humanas e Sociais, o autor diz que a resistência está relacionada à noção de poder ou de opressão e que significa as ações que se opõem ao exercício de poder em nossa sociedade, ou até mesmo à opressão social. “É nesse sentido que tem sido usada essa categoria nos estudos de feministas e de gênero e na história das mulheres em geral: para designar ações de oposição à dominação e opressão de gênero.” (WOLFF, 2019, p. 647).

Percebemos que esse conceito de resistência para as Ciências Sociais e Humanas, segundo Wolff (2019), está voltado para designar práticas que sejam opositoras a qualquer tipo de opressão e dominação a determinado jogo de poder, e é nessa perspectiva, que os estudos feministas e de gênero em geral utilizam esse conceito como uma ação de resistência.

Para Wolff (2019), a ideia de resistência é muito usada nos estudos feministas, porque oportunizou uma visibilidade as ações protagonizadas e realizadas por essas mulheres, que antes não eram consideradas como sujeitos. E essa visibilidade delas, foi impulsionada pela a influência que as obras de Michel Foucault tiveram para as Ciências Humanas e Sociais.

Com isso, Wolff (2019) diz que Foucault mostrou que por meio dos movimentos sociais que pode acompanhar, é que todas as relações sociais são transpassadas por relações de poder, e que na sociedade moderna ela se deu por intermédio de um tipo de poder chamado de poder disciplinar, até pelos discursos das feministas em relação ao dizerem que “o privado é político”.

Para Foucault: “o poder está em toda a parte; não porque englobe tudo, e sim porque provém de todos os lugares” e, em decorrência disso: “... lá onde há poder há resistência e, no entanto (ou melhor, por isso mesmo) esta nunca se encontra em posição de exterioridade em relação ao poder. (...) Portanto, não existe, com respeito ao poder, *um* lugar da grande Recusa – alma da revolta, foco de todas as rebeliões, lei pura do revolucionário. Mas sim resistências, no plural, que são casos únicos: possíveis, necessárias, improváveis, espontâneas, selvagens, solitárias, planejadas, arrastadas, violentas, irreconciliáveis, prontas ao compromisso, interessadas ou fadadas ao sacrifício; por definição, não podem existir a não ser no campo estratégico das relações de poder.” (FOUCAULT, 1988 apud WOLFF, 2019, p. 648).

O poder, segundo Foucault, emana de todos os lugares, por isso, está em toda parte e, em consequência disso, se tem a frase “onde há poder há resistência”, que nos permite compreender que a resistência não é vista como posição aparente de poder, onde se tenha um respeito por esses poderes, mas sim que ela é plural, necessária, planejada, espontânea, violenta e entre outras, definidamente, porém elas só existem no campo de poder, que é sobretudo, estratégico.

Wolff (2019) diz que isso foi muito importante em um tempo histórico, sobretudo para a história das mulheres, bem como outras, na qual a sociedade era centrada ao Estado somente, e eram interpretadas por seus governantes. “A partir da noção de resistência as mulheres, operários, escravos, indígenas, loucos, todos podem ser sujeitos de história, sujeitos de relações de poder, sujeitos de resistência” (WOLFF, 2019, p. 648).

O que Wolff (2019) também nos diz, é que nem sempre a resistência estará aberta e atrelada a um ato de rebeldia, ela pode ser feita por meio de gestos, muitas vezes de forma

recíproca, mas que possibilita que o sujeito se afirme mesmo sendo lhe negada seus direitos, vontades e desejos.

2.2 O percurso na identificação das ações de resistência à LGBTfobia na escola

Esta subseção apresenta o percurso seguido na identificação das ações de resistência à LGBTfobia na escola por meio do primeiro objetivo específico desta pesquisa, ‘identificar em sítios eletrônicos, relatos de experiência, artigos ou comunicações orais que relatem práticas curriculares de resistência à LGBTfobia’.

Desse modo, este Trabalho de Conclusão de Curso originou-se de um projeto de pesquisa de iniciação científica da CAPES, na qual faço parte como Bolsista PIBIC/PRODUTOR, no período de agosto de 2018 a julho de 2019. A pesquisa teve no primeiro momento o intuito de realizar um levantamento em sites eletrônicos de eventos científicos com a temática em currículo, gênero e sexualidade abordada neste trabalho, para a coleta e seleção de comunicações orais e relatos de experiência que tivessem nas edições destes eventos a temática de LGBTfobia e sobretudo resistência.

O objetivo principal da pesquisa é analisar os trabalhos que abordassem a temática práticas de resistência contra LGBTfobia no currículo da escola básica, na qual estariam nesses trabalhos, comunicações orais e relatos de experiências ações em que a escola desempenha ou desempenhou práticas de resistências com os seus alunos, com a escola, de alunos com alunos, alunos para escola ou com a escola e sociedade, contra todo e qualquer tipo de discriminação referente a LGBTfobia.

Sobre a análise dos sítios eletrônicos, foram pesquisados trabalhos nos seguintes sítios elencados no projeto de pesquisa como o Colóquio Nacional Representações de Gênero e de Sexualidade-CONAGES, a Reuniões Nacionais da Associação Nacional de Pós-Graduação em Educação-ANPED, o Seminário Corpo, Gênero e Sexualidade, o Seminário Internacional Desfazendo Gênero, entre outros.

Inicialmente, o levantamento desses artigos nesses sítios eletrônicos seria nas cinco últimas edições de cada evento, por compreendermos que a temática objetivada nesta pesquisa vem sendo discutida nos últimos anos, principalmente do ano de 2014 em diante, então, em uma probabilidade, talvez não teríamos tantos trabalhos apresentados em uma única só edição e em um só site eletrônico.

O sítio eletrônico das Reuniões Nacionais da Associação Nacional de Pós-Graduação em Educação-ANPED¹¹, procuramos artigos acadêmicos em suas últimas quatro edições, em sua maioria, foram retirados e analisados de 02 a 06 artigos, dependendo das edições, dos anos e das temáticas dos eventos, pois ressaltamos novamente que esta temática sobre a LGBTfobia vem sendo discutida há um tempo, mas ela é conhecida por uma grande maioria recentemente, no âmbito acadêmico e social.

No site da ANPED, todas as comunicações orais foram retiradas do GT23-Gênero, Sexualidade e Educação. O quantitativo de trabalhos que foram coletados são 23 (vinte e três) comunicações orais, sendo que 02 (dois) artigos são referentes a 34ª Reunião que aconteceu em Natal-RN nos dias 02 a 05 de outubro de 2011, com o tema *Educação e Justiça Social*, 05 (cinco) artigos selecionados da 35ª Reunião com o tema *Educação, Cultura, Pesquisa e Projetos de Desenvolvimento: o Brasil do Século XXI*, que teve sede em Porto de Galinhas-PB entre os dias 21 a 24 de outubro de 2012.

Já na 36ª Reunião realizada em Goiânia-GO de 29 de setembro a 02 de outubro de 2013 foram selecionados 04 (quatro) artigos e a temática do evento foi sobre o *Sistema Nacional de Educação e Participação Popular: Desafios para as Políticas Educacionais*, e outros 06 (seis) artigos pesquisados foram da 37ª Reunião que ocorreu em Florianópolis-SC com a temática *PNE: Tensões e Perspectiva para a Educação Pública Brasileira* e os últimos 06 (seis) foram da 38ª Reunião que foi sediado em São Luís, no Maranhão, entre 01 a 05 de Outubro de 2017, com a temática *Democracia em risco: a pesquisa e a pós-graduação em contexto de resistência*.

Sobre o Seminário Corpo, Gênero e Sexualidade, foram pesquisadas 06 edições do evento, sendo que todos realizam a publicação de livros e e-books (livro eletrônico), onde o segundo seminário abordava a temática *Seminário Corpo, Gênero e Sexualidade: Problematizando Práticas Educativas e Culturais*, com sede em Rio Grande-RS, no ano de 2005. Já o terceiro seminário foi intitulado *Seminário Corpo, Gênero e Sexualidade: Discutindo Práticas Educativas* em Porto Alegre-RS, em 2007.

Seminário Corpo, Gênero e Sexualidade: Composições e desafios para a formação docente foi o tema da quarta edição do evento que aconteceu em 2009, o quinto seminário foi sobre a temática *Seminário Corpo, Gênero e Sexualidade: Instâncias e Práticas de Produção nas Políticas da Própria Vida*. Em 2014, na cidade de Lavras-MG, tivemos ela primeira vez a realização do sexto seminário fora da região sul do país com a temática *Seminário Corpo,*

¹¹ <http://www.anped.org.br/>

Gênero e Sexualidade. E o último e sétimo seminário pesquisado teve como temática *Seminário Corpo, Gênero e Sexualidade: resistências e ocupações nos espaços de educação*, no ano de 2018, em Rio Grande-RS.

O Seminário Internacional Desfazendo Gênero, tem 04 edições, sendo que três edições já aconteceram e a quarta será realizada em novembro de 2019. A primeira edição do evento teve o tema *Subjetividade, Cidadania e Transfeminismo*, realizado em 2013, no Rio Grande do Norte-RN, o segundo foi intitulado *Ativismos das Dissidências Sexuais e de Gênero*, sediado em Campina Grande, interior da Paraíba em 2015. O terceiro seminário teve o tema *Com a Diferença Tecer a Resistência*, evento também sediado em Campina Grande, interior da Paraíba no ano de 2017 e a quarta edição que ocorrerá em novembro de 2019, intitulado *Corpos dissidentes, corpos resistentes: do caos à lama*.

Já sobre o sítio eletrônico referente ao Colóquio Nacional Representações de Gênero e de Sexualidade-CONAGES não foi possível realizar um levantamento de dados dos artigos, comunicações orais e relatos de experiências, devido o tempo curto que tivemos para a realização e prosseguimento da pesquisa referente ao mapeamento de artigos para análise.

Ao coletarmos todos esses documentos, percebemos uma quantidade grande de arquivos que para este trabalho, levaria um tempo maior para a realização das análises e seleção de todas estas comunicações orais. Desta maneira, resolvemos analisar as temáticas desses eventos com o intuito de selecionar os quais tivessem a temática ‘resistência’, como critério de delimitação do *corpus* a ser analisado na segunda sessão deste trabalho.

Os eventos que tiveram a palavra resistência em suas temáticas foram os da 38ª Reunião da ANPED, com a temática *Democracia em risco: a pesquisa e a pós-graduação em contexto de resistência*, realizado em 2017, também o sétimo seminário que teve sua temática *Seminário Corpo, Gênero e Sexualidade: resistências e ocupações nos espaços de educação*, realizado no ano de 2018 e por último a edição do terceiro Seminário Internacional Desfazendo Gênero¹² que teve o tema *Com a Diferença Tecer a Resistência*, no ano de 2017.

Deste modo, desenvolver o mapeamento destes três eventos seria ainda difícil por uma questão de cumprimento de prazos. Então, ao analisarmos os três eventos vimos que a terceira edição do Seminário Internacional Desfazendo Gênero possui um grande número de publicações com a temática LGBTfobia e resistência voltado principalmente a educação e seu currículo.

¹² A quarta edição do evento Desfazendo Gênero também tem a sua temática voltada à resistência, com o tema *Corpos dissidentes, corpos resistentes: do caos à lama*, mas como ainda a realização do evento está ocorrendo, não se tem disponíveis os artigos, as comunicações orais e os relatos de experiências publicados nesta edição para análise.

Diante disso, escolhemos esse evento e a sua edição para a realização das análises da pesquisa, mesmo sabendo como diz o autor Ghedin (2015, p. 22) que,

Essa não foi uma decisão fácil de ser tomada, especialmente porque se pretendia estabelecer um olhar mais panorâmico a respeito de práticas que pudessem oferecer elementos comuns que tendessem, de certo modo, a uma perspectiva generalizadora, resguardadas todas as necessárias restrições a essa perspectiva.

Como resultado desta decisão, tivemos a análise do referido e-book, onde foi possível verificar as ações desenvolvidas nos textos como práticas de resistência contra a LGBTfobia na perspectiva educacional, voltada a seu currículo ou ações nas escolas realizadas.

Sobre o e-book do Seminário Desfazendo Gênero, a plataforma digital que encontramos para baixá-lo foi por meio da página do evento em uma rede social oficial, chamada Facebook, através de um link¹³ disponibilizado no mesmo, pois não encontramos um acesso direto as informações do evento em seu site oficial e específico, como os das edições anteriores do mesmo evento, exceto pelas informações da instituição organizadora e dessa rede social, talvez porque os links do mesmo estão com problemas ou não mais disponíveis para o acesso.

O e-book do terceiro seminário, foi organizado por Jussara Carneiro Costa, Arlandson Matheus Silva de Oliveira, ambos da Universidade Estadual de Pernambuco-UEPB, Vitor Rafael Limeira da Silva, da Universidade Federal da Bahia-UFBA e Jéssyka Kaline Augusto Ribeiro, da Universidade Estadual do Rio de Janeiro-UERJ e publicado em Campina Grande, na Universidade Estadual da Paraíba, no ano de 2017.

No e-book também contém informações das comissões organizadoras do evento, na qual teve 01 Coordenadora Geral, mas que nessa mesma coordenação havia 08 Professores, 06 alunos da Pós-graduação, 07 alunos da Graduação e 03 Técnicos. Na Coordenação Científica tiveram 46 pessoas participando e 07 pessoas responsáveis pela Comissão de Curadoria Técnica e Artística-Cultural. A estrutura do e-book além da apresentação, tem os agradecimentos e o sumário contendo as comunicações orais aprovadas para apresentação em simpósios temáticos, as comunicações em pôsteres, além dos produtos artístico-culturais e artefatos tecnológicos;

Foram submetidos 1.052 Comunicações Oraís, mas aprovadas e publicadas somente 365, além de 46 comunicações em Pôsteres de 52 enviadas, além de 01 Trabalho Técnico aprovado e 06 Artístico-Culturais. No Seminário tivemos 69 simpósios temáticos, 27 oficinas e 32 minicursos, mas nos atentamos somente para as comunicações orais publicadas. Essas

¹³ <https://www.facebook.com/3desfazendogenero/>

comunicações orais, das 365 submetidas e aprovadas, 30 comunicações orais tinham em seus títulos conceitos-chave que interessavam em um primeiro momento para a pesquisa deste trabalho. Como mostra o quadro 01 referente às 30 comunicações orais publicadas com os conceitos-chave, que subsidiam as identificações e escolha dos mesmos:

Quadro 1 – Comunicações Orais publicadas com os conceitos-chave para a identificação e escolha (continua)

Nº	TÍTULOS	AUTORES	CONCEITOS-CHAVE
01	A Discussão de Gênero na escola através da Arte: Reflexões	Antônio Alex Pereira de Sousa (UFC) Anna Maria de Lira Pontes (Seduc) 107	Educação. Dança. Discussão de gênero.
02	A Escola e Os “Novos” outros sujeitos Homossexuais: Da Educação Daltônica para a Educação Libertadora	Virginia de Lourdes Gomes Alves Polyanna Nayanna de Brito Caluête (UFCEG) 128	Escola. Daltonismo. Libertação. Fronteiras.
03	A Importância Do Projeto Político Pedagógico Como Instrumento De Inclusão Do Aluno Homossexual Na Escola	Joseanne Aparecida Maramaldo Levi (ULHT) 160	Homossexualidade. Escola. Projeto Político Pedagógico.
04	A Produção dos Gêneros e Sexualidades nos discursos escolares: Como se fabrica o lugar de “Outro (A)”?	Denise da Silva Braga (UFVJM) 289	Currículos Escolares. Diferença. Gêneros. Sexualidades.
05	A Travesti que foi noiva: Afetividade, Cidades Pequenas e Educação	Waldir Barcellos Júnior (UFF-INFES) 380	Interior. Cidades pequenas. Casamento.
06	Agenda “Março Lésbico”: Uma ação feminista de educação para a diferença	Zuleide Paiva (LBL) Joana Carolina Alcântara dos Santos (UNEB) Pâmela Sampaio (UNEB) 402	Lesbianidades. Feminismos. Visibilidade lésbica. Educação para a diferença.
07	Aprenderensinar a partir das experiências LGBT- Um estudo de caso de agentes formadores em cursos profissionalizantes direcionados a pessoas em situações de vulnerabilidade	Allan Moreira Xavier (UFABC) 452	Vulnerabilidade. Aprenderensinar. Experiência. LGBT.
08	Cinema Queer: A diversidade na tela da Escola	Rafael Martins (UFPI) Valdenia Pinto de Sampaio Araújo (UFPI) 688	Cinema. Ensino. Gênero. Estudos Queer.
09	Como estar (na pesquisa) diante de sujeitos Trans?	Sérgio Rodrigo da Silva Ferreira (UFBA) 742	Epistemologia. Trans. Subjetividade. Saberes Localizados.
10	Como estou cuidando de mim? Corpo, Gênero e Orientação Sexual de jovens estudantes de escolas públicas na cidade de Recife, PE.	Eduardo Fonseca (UFPE) Luciana de Araújo Francisc (FAFIRE) Natalí da Silva de Oliveira (FAFIRE) 748	Corpo. Gênero. Sexualidade. Adolescentes.
11	Corpos Desviantes em Ação: Territorialidade Trans na escola	Giovane Reis Sorrequia (UFSCar) 835	Desviantes. Gênero. Sexualidade. Escola. Territorialidade.
12	Discriminação e Exclusão de Gênero no ambiente escolar: Uma experiência no ensino médio	Jamaira Jurich Pillati (SEED-PR) 1009	Evasão Escolar. Preconceito Racial. Violência De Gênero. Práticas Pedagógicas.
13	Discutindo Gênero e Sexualidade na	Maria Eduarda Pereira Leite (UFPB)	Gênero. Sexualidade.

	Escola: uma análise dos dilemas do cotidiano de uma escola da rede pública de João Pessoa - PB	1042	Cotidiano Escolar.
14	Exercício e Práticas Pedagógicas em contextos de Diversidades	Ana Lúcia Gomes da Silva (UNEB) Fernando Macedo da Silva (UNEB) Lucemberg Rosa de Oliveira (UNEB - DCH IV) 1133	Educação Básica. Educação Sexual. Formação Docente. Ateliês de pesquisa.
15	Espaços de sociabilidade Homoafetiva e Identidade: Uma reflexão necessária	Marianne Sousa Barbosa (UFCG) 1228	Sociabilidade. Homossexualidade. Identidade.
16	Gênero e Escola combinam? Um debate sobre o lugar do gênero no currículo escolar.	Maria Aline (UEVA) Ianka Aragão Felipe (Frente Feminista Mariás) 1328	Gênero. Escola. Currículo.
17	Homofobia no ambiente escolar: Percepções de alunos e professores em uma escola de nível médio de Redenção – Ceará	Antonieli do Nascimento Vidal (UNILAB) Carlos Eduardo Bezerra (UNILAB) 1421	Homofobia. Preconceito. Educação. Escola.
18	Homossexualidade, Juventude e Experiência Escolar: Modos de ser e resistir na escola	Julio César de Oliveira Santos (PPGE/UFPE) 1431	Homossexualidade. Escola. Resistência.
19	Identidade e Violência de Gênero no Cariri Paraibano: Homofobia no ambiente escolar	Fabiana Farias (UFCG) Sheylla de Kassia Silva Galvão (UFCG) 1437	Homofobia. Violência de Gênero. Escolas.
20	Liberdade para Quem?: Discurso, Performance e Identidade em narrativas de estudantes sobre diversidade sexual na escola	Tiago Pellim (IFSP) 1577	Identidades. Performance. Sexualidade. Escola. Estudantes.
21	Normativas e Dissidências de Gênero, Corpo e Sexualidade nas vivências de jovens em espaços escolares	Francisco Weriquis (UFPI) 1862	Gênero. Sexualidade. Juventude. Escola. Normatividade. Dissidências.
22	O "Bullying" Lgbtfóbico e os desafios enfrentados pelo grupo LGBT na educação: uma aproximação exploratória	MarcellaTaynara Andrade da Silva (UFRN) Tiberio Lima Oliveira (LPJ) 1887	Bullying. LGBTFobia. Educação.
23	O Devir Do Corpo No Campo Escolar: Produção de resistências, subversões e desconstrução de gênero nas sociabilidades juvenis	Tayná Egas Costa (UFPI) 1960	Escola. Corpo. Subversões. Resistência.
24	O Jogo Identitário se estudantes Gays e Lesbianas – O caso do Instituto Federal de Camaçari	Lena de Barreto (UFBA/UNEB/IFBA/LNCC/SENAI) 2012	Sexualidade. Identidade. Família e Escola. Heteronormativismo. Jogo identitário.
25	Os Memes das Redes sociais e a propagação do discurso homofóbico: Desdobramentos na sala de aula	Raphael Alves da Silva (UFRPE) 2137	Memes. Escola. Homofobia. Discurso. Redes Sociais.
26	Por uma metodologia da pesquisa subversiva: em foco o movimento LGBT	Filipe Antonio (UFPE) Marciano Antonio da Silva (UFPE) 2271	Metodologia da Pesquisa. Movimento LGBT. Diversidade Sexual. LGBTFobia.
27	Práticas Educativas no processo de grupo psicoterapêutico no empoderamento de travestis e transexuais no centro estadual de referência dos direitos de LGBT e combate a homofobia da Paraíba.	Gleidson Marques Silva (Centro Estadual de Referência dos Direitos de LGBT e Enfrentamento a Homofobia da Paraíba) 2295	Travestis e Transexuais. Empoderamento. Práticas Educativas. Grupo temático.
28	Queerizando a Educação: Possibilidades de (Re)Existências de sujeitos dissidentes no espaço	Marcos Antonio Hoffmann Nunes (IFPR) Everton Ribeiro (UFPR) 2407	Escola. Gêneros. Sexualidades. Teoria Queer.

	escolar		
29	Sociopoetizando Sexualidades no Ensino Médio: O Currículo Crazy e a Teoria queer dos jovens da ilha	Romario Rawlyson Pereira do Nascimento (Secretaria Municipal de Educação de Luís Correia 2592	Sexualidades. Currículo. Ensino Médio. Jovens da Ilha. Sociopoética.
30	Transposições Cotidianas: Gênero e Sexualidade nas práticas-saberes de uma educadora da Baixada Marítima	Felipe da Silva Ponte de Carvalho (UERJ) Sara Wagner Pimenta Gonçalves Junior (UERJ) Fernando Pocahy (UERJ) 2745	Primeiramente: #ForaTemer. #UERJ Resiste!

Fonte: Elaborada pela autora do trabalho.

Sobre a seleção dessas 30 comunicações orais, primeiramente, olhamos para os títulos dos trabalhos que tinham uma proximidade ao tema, e ao lermos seus conceitos-chave e os resumos destes trabalhos percebemos que alguns não contemplavam com os objetivos desta pesquisa, porque muitos não demonstraram as ações de resistências em seus trabalhos. Por esse motivo, somente 17 comunicações orais permaneceram para uma nova seleção e análise destas comunicações orais que tivessem conceitos relacionados à resistência ou ações de resistências em seus resumos para uma seleção final e escolha definitiva das 05 comunicações orais escolhidas para as discussões na segunda sessão deste trabalho. O Quadro 2 mostra as 17 comunicações selecionadas e foram colocadas no quadro de acordo com a numeração que receberam no quadro 1, para uma questão de organização, visto que se fossemos colocar uma nova numeração, talvez trouxesse confusão ao leitor a identificação.

Quadro 2 – Comunicações Orais escolhidas das análises após leitura dos resumos (continua)

Nº	TÍTULOS	AUTORES	CONCEITOS-CHAVE
01	A Discussão de Gênero na escola através da Arte: Reflexões	Antônio Alex Pereira de Sousa (UFC) Anna Maria de Lira Pontes (Seduc) 107	Educação. Dança. Discussão de gênero.
02	A Escola e Os “Novos” outros sujeitos Homossexuais: Da Educação Daltônica para a Educação Libertadora	Virginia de Lourdes Gomes Alves Polyanna Nayanna de Brito Caluête (UFCEG) 128	Escola. Daltonismo. Libertação. Fronteiras.
03	A Importância Do Projeto Político Pedagógico Como Instrumento De Inclusão Do Aluno Homossexual Na Escola	Joseanne Aparecida Maramaldo Levi (ULHT) 160	Homossexualidade. Escola. Projeto Político Pedagógico.
08	Cinema Queer: A diversidade na tela da Escola	Rafael Martins (UFPI) Valdenia Pinto de Sampaio Araújo (UFPI) 688	Cinema. Ensino. Gênero. Estudos Queer.
11	Corpos Desviantes em Ação: Territorialidade Trans na escola	Giovane Reis Sorrequia (UFSCar) 835	Desviantes. Gênero. Sexualidade. Escola. Territorialidade.
17	Homofobia no ambiente escolar: Percepções de alunos e professores em uma escola de nível médio de Redenção – Ceará	Antoniél do Nascimento Vidal (UNILAB) Carlos Eduardo Bezerra (UNILAB) 1421	Homofobia. Preconceito. Educação. Escola.
18	Homossexualidade, Juventude e Experiência Escolar: Modos de ser e	Julio César de Oliveira Santos (PPGE/UFPE) 1431	Homossexualidade. Escola. Resistência.

	resistir na escola		
19	Identidade e Violência de Gênero no Cariri Paraibano: Homofobia no ambiente escolar	Fabiana Farias (UFCG) Sheylla de Kassia Silva Galvão (UFCG) 1437	Homofobia. Violência de Gênero. Escolas.
20	Liberdade para Quem?: Discurso, Performance e Identidade em narrativas de estudantes sobre diversidade sexual na escola	Tiago Pellim (IFSP) 1577	Identidades. Performance. Sexualidade. Escola. Estudantes.
21	Normativas e Dissidências de Gênero, Corpo e Sexualidade nas vivências de jovens em espaços escolares	Francisco Weriquis (UFPI) 1862	Gênero. Sexualidade. Juventude. Escola. Normatividade. Dissidências.
22	O "Bullying" Lgbtfóbico e os desafios enfrentados pelo grupo LGBT na educação: uma aproximação exploratória	MarcellaTaynara Andrade da Silva (UFRN) Tiberio Lima Oliveira (LPJ) 1887	Bullying. LGBTfobia. Educação.
23	O dever do corpo no campo Escolar: Produção de resistências, subversões e desconstrução de gênero nas sociabilidades juvenis	Tayná Egas Costa (UFPI) 1960	Escola. Corpo. Subversões. Resistência.
25	Os Memes das Redes sociais e a propagação do discurso homofóbico: Desdobramentos na sala de aula	Raphael Alves da Silva (UFRPE) 2137	Memes. Escola. Homofobia. Discurso. Redes Sociais.
26	Por uma metodologia da pesquisa subversiva: em foco o movimento LGBT	Filipe Antonio (UFPE) Marciano Antonio da Silva (UFPE) 2271	Metodologia da Pesquisa. Movimento LGBT. Diversidade Sexual. LGBTfobia.
27	Práticas Educativas no processo de grupo psicoterapêutico no empoderamento de travestis e transexuais no centro estadual de referência dos direitos de LGBT e combate a homofobia da Paraíba.	Gleidson Marques Silva (Centro Estadual de Referência dos Direitos de LGBT e Enfrentamento a Homofobia da Paraíba) 2295	Travestis e Transexuais. Empoderamento. Práticas Educativas. Grupo temático.
28	Queerizando a Educação: Possibilidades de (Re)Existências de sujeitos dissidentes no espaço escolar	Marcos Antonio Hoffmann Nunes (IFPR) Everton Ribeiro (UFPR) 2407	Escola. Gêneros. Sexualidades. Teoria Queer.
29	Sociopoetizando Sexualidades no Ensino Médio: O Currículo Crazy e a Teoria queer dos jovens da ilha	Romario Rawlyson Pereira do Nascimento (Leticia) (SEDUC - LUÍS CORREIA) 2592	Sexualidades. Currículo. Ensino Médio. Jovens da Ilha. Sociopoética.

Fonte: Elaborada pela autora do trabalho.

Após a análise dos resumos presentes nestas comunicações orais identificadas por seus títulos no quadro 02, percebemos, ao lermos uma pouco mais sobre estes trabalhos, que somente 05 artigos contemplavam em seus resumos e no trabalho como um todo as ações de resistências que nos interessavam a pesquisar propostos nos objetivos deste trabalho.

Quadro 3 – Comunicações Orais escolhidas das análises para seleção final.

Nº	TÍTULOS	AUTORES	CONCEITOS-CHAVE
01	A Discussão de Gênero na escola através da Arte: Reflexões	Antônio Alex Pereira de Sousa (UFC) Anna Maria de Lira Pontes (Seduc) 107	Educação. Dança. Discussão de gênero.
08	Cinema Queer: A diversidade na tela da Escola	Rafael Martins (UFPI) Valdenia Pinto de Sampaio	Cinema. Ensino. Gênero. Estudos Queer.

		Araújo (UFPI) 688	
18	Homossexualidade, Juventude e Experiência Escolar: Modos de ser e resistir na escola	Julio César de Oliveira Santos (PPGE/UFPE) 1431	Homossexualidade. Escola. Resistência.
19	Identidade e Violência de Gênero no Cariri Paraibano: Homofobia no ambiente escolar	Fabiana Farias (UFCG) Sheylla de Kassia Silva Galvão (UFCG) 1437	Homofobia. Violência de Gênero. Escolas.
21	Normativas e Dissidências de Gênero, Corpo e Sexualidade nas vivências de jovens em espaços escolares	Francisco Weriquis (UFPI) 1862	Gênero. Sexualidade. Juventude. Escola. Normatividade. Dissidências.

Fonte: Elaborada pela autora do trabalho.

Diante desta seleção final de escolha das comunicações orais que tinham em seus textos ações de resistência contra a LGBTfobia no currículo da Educação Básica a serem analisadas na seção segunda deste trabalho, é que iremos discorrer sobre os processos que essas ações favorecem e a relevância de se trabalhar com esta temática, sobretudo no que se refere ao posicionamento e entendimento dos autores em relação a essas ações.

E para melhor compreensão das análises de como está identificada as relações de saber e poder presentes nas ações de resistências a LGBTfobia na escola nestas comunicações, é que a segunda sessão abordará com mais detalhes e definições de análises.

3 AS RELAÇÕES DE SABER E PODER PRESENTES DAS AÇÕES DE RESISTÊNCIA À LGBTFOBIA NA ESCOLA

Essa seção está dedicada aos resultados e análises do objetivo específico segundo: analisar as relações de saber e poder acionadas nas práticas curriculares de resistência à LGBTFobia travadas no espaço escolar com base nos relatos identificados. Nesta seção organizamos os cinco artigos escolhidos para análise em três subseções, para que pudessemos compreender inicialmente como, de forma imediata, as ações estavam definidas em cada texto: as ações do projeto político pedagógico; as ações do currículo e as ações gerais/não formais.

3.1 Ações do Projeto Político Pedagógico – PPP

O primeiro artigo tem a sua temática voltada *A identidade e violência de gênero no Cariri Paraibano: homofobia no ambiente escolar*, de autoria de Fabiana Farias Macedo e Sheila de Cássia Silva Galvão, que nesta comunicação oral, objetivaram realizar um diagnóstico da situação de violência de gênero no ambiente escolar, tendo como lócus inicial escolas dos municípios do Congo, Coxixola e de Sumé, localizados no Cariri Paraibano, usando como palavras-chave: Homofobia; Violência de Gênero; Escolas.

Essa comunicação oral é resultante de análises preliminares da pesquisa e foi realizada através do projeto de Iniciação Científica vinculado ao Programa Institucional de Voluntários de Iniciação Científica- PIVIC, coordenado pela professora Dra. Sheylla de Kassia Silva Galvão. O projeto de pesquisa está intitulado com a mesma nomenclatura do artigo: *A identidade e violência de gênero no Cariri Paraibano: homofobia no ambiente escolar*, que teve vigência 2017-2018, na Universidade Federal de Campina Grande, Campus de Sumé.

O projeto objetivava também identificar quais as estratégias são utilizadas nessas escolas para o enfrentamento da problemática envolvendo a LGBTFobia, desde o Projeto Político Pedagógico - PPP até os tipos e formas de mobilizações sociais do corpo escolar, composto pelos alunos, família, direção, funcionários e professores. Por isso, esta comunicação oral está centrada e escolhida para o quadro de ações voltadas ao PPP.

O foco deste trabalho relatado pelas autoras é a Homofobia, nomenclatura usada no texto, voltada, sobretudo ao ambiente escolar, pois as autoras compreenderam o quanto é alarmante em nosso país, os casos de LGBTFobia, o qual chega a atingir não só as pessoas

homossexuais, mas todos aqueles que subvertem a óptica da heteronormatividade que se impõe em ser padrão de comportamento hoje em nossa sociedade.

Segundo Nogueira e Colling (2019, p. 390) a “homofobia é um conceito criado para pensar a repulsa geral aos sujeitos homossexuais, ou fobia aos homossexuais”. Mas que tem também um conceito controverso em virtude da sociedade considerar a fobia somente ao campo patológico, mesmo que pesquisadores defendam seu uso, pois consideram, assim como Junqueira (2010), que a homofobia é um problema social que em nosso cotidiano devemos saber quem respeitar e quem é injuriado.

O conceito de LGBTfobia está voltado em geral, a descrição de atitudes preconceituosas a homossexuais, porém ela não é restrita apenas a violências físicas, mas é também a violência psicológica, por meio de insultos, humilhações e constrangimentos, a “violência simbólica, que se baseia na produção de representações de normalidade e anormalidade e faz com que os sujeitos se reconheçam nessas representações, isto é, se vejam a partir das construções do discurso do outro.” (NOGUEIRA; COLLING, 2019, p. 391).

A heteronormatividade é, assim, expressa em discursos, que afirmam que tanto homossexuais e heterossexuais devem seguir o padrão de sexualidade heterossexual, que é considerado o “normal” para a sociedade, e quem não o segue, se torna uma pessoa desviante, invertido, fora da norma e dos padrões impostos socialmente. Agravando assim, o quadro de violência com as pessoas, bem como as LGBTs, consideradas desviantes.

No artigo, as autoras, trazem informações sobre as incidências de LGBTfobia em diversos casos, que foram retiradas do Relatório sobre a homofobia, da Secretaria Nacional de Direitos Humanos realizado em 2011, onde 16% desses casos de violência são com jovens entre a faixa etária de 15 a 19 anos, jovens estes que estão, em sua maioria, no Ensino Médio, e por esse motivo surgiu a necessidade de investigar a respeito da violência e sobre os mecanismos de coibição feitas pela sociedade. (MACEDO; GALVÃO, 2017).

Ao analisarmos essas falas das autoras desta comunicação oral que objetivou este trabalho, vemos que a violência de gênero está presente e ocorre sob efeito de uma sociedade ainda hoje fortemente heteronormativa, que carrega padrões sociais, sobretudo de gênero e sexual no mundo, mais principalmente no Brasil, sob a lógica de que esses desviantes e investidos não estão dentro dos padrões estabelecidos pelos pressupostos da heteronormatividade.

Judith Butler (2008, p. 91) comenta que “o/a invertido/a tradicionalmente recebe esse nome porque a meta do seu desejo saiu dos trilhos da heterossexualidade”. E que Foucault, diz que a tarefa não é afirmar a categoria do invertido com a significância de algo errado ou

desviante, mas sim que devemos questionar esse gesto explicativo dessa identidade “verdadeira”, e talvez errada, pois “se o discurso faz de Foucault um ‘invertido’, então ele inverte a própria lógica que torna possível algo como a ‘inversão’. E ele faz isso invertendo a relação entre sexo e sexualidade”. (BUTLER, 2008, p. 104).

Há muito vem-se discutindo a importância do empoderamento da população LGBT sobre suas próprias temáticas para que, assim, possamos juntos estabelecer ações estratégicas para o alcance de políticas públicas. Pensar que o Brasil é um dos países mais violentos para a população LGBT e que é o que mais mata pessoas travestis e transexuais nos faz refletir sobre o quão é importante que Movimento Social e Poder Público reafirmem as parcerias que vêm estabelecendo juntos para a garantia de direitos, o acesso à educação, o enfrentamento da violência e a busca por mais políticas públicas de inclusão para essa população.

Essa política de direitos, que vem sendo discutida a partir da Constituição Federal de 1988, além de outras Leis e do Estatuto da Criança e Adolescente-ECA também está na escola, como um local a ser promovido e discutidos noções de respeito as diferenças e igualdades entre os indivíduos presentes e que circulam por ela e na sociedade. Visto que, se

A Escola também funciona como local de execução de políticas públicas implementadas pelo Estado, que visam assegurar a integridade física e mental de crianças e adolescentes, consideradas pessoas em desenvolvimento, especialmente as que sejam vítimas de qualquer tipo de violação de seus direitos. Violação esta praticada por qualquer pessoa ou instituição. (MACEDO; GALVÃO, 2017, p. 1438).

Esse foi um dos motivos que fizeram as autoras, realizarem um diagnóstico das escolas no município de Sumé, pois para elas somente assim “será possível promover políticas de conscientização e de combate à homofobia de modo particular nas escolas, o que conseqüentemente irá formar uma sociedade mais consciente e que seja capaz de respeitar o outro com suas diferenças.” (MACEDO; GALVÃO, 2017, p. 1439).

Falar de diferenças, é falar de construções discursivas sobre o que se vivencia, constrói e se deseja através dos corpos, comportamento e relações sociais, relações que são complexas e de poder. Desse modo, devemos reconhecer e problematizar o que é imposto na escola como algo natural.

Outra hipótese levantada pelas autoras seria a de que as escolas pesquisadas já tivessem medidas estratégicas ao combate a LGBTfobia sendo realizada e que pudessem expandir essas ações para as outras escolas do município e também a população local, “pois os casos de homofobia não ocorrem apenas nas ruas, nas escolas ou em estabelecimentos públicos, mas em suas próprias casas e pelos seus próprios familiares.” (MACEDO; GALVÃO, 2017, p. 1439).

Muitos adolescentes, ao assumir sua homossexualidade, acabam recebendo uma reação negativa da família, muitos pais não aceitam a escolha sexual e identitária de seus filhos, alguns são rejeitados e até mesmo expulsos da própria casa, e isso acaba ocasionado com que esses jovens fiquem vulneráveis a atos violentados, ingestão de bebidas alcóolicas, uso de drogas, cigarros e entre outros fatores.

Embora seja um pequeno passo para o enfrentamento da homofobia de modo especial na Paraíba, que no ano de 2011 apresentou taxa de denúncias de violações de direitos humanos contra a população LGBT superior à do Brasil em geral, partimos do pressuposto de que grandes mudanças começam com pesquisas acadêmicas, capazes de realizar diagnósticos sérios e precisos sobre o fenômeno estudado e, assim, sendo possível traçar mecanismos de enfrentamento, inclusive por meio da formulação e implementação de políticas públicas, que visem coibir e combater a violência seja em qual forma, modalidade ou intensidade for. (MACEDO; GALVÃO, 2017, p. 1440).

Para melhor compressão da análise, as autoras, realizaram uma classificação analítica que serviu para estruturar os dados e compreender os fenômenos estudados em seis eixos, o primeiro trata da formação de categorias identitária para cada grupo; o segundo do protagonismo existente da escola.

Como terceira, abordaram a não formação ou o despreparo dos profissionais de educação e da gestão; já a quarta sobre a não geração de uma demanda visível, oficial, pois de antemão os alunos já sabem que a gestão não vai contemplá-los; a quinta foi sobre a relação direta do profissional com o tema que ele trabalha em sala de aula; e a última é sobre o porquê que as mulheres aceitam mais a homossexualidade do que homens.

Nessas classificações, em algumas não percebemos a presença de ações estratégicas e de resistências nos dizeres das autoras, na primeira classificação que aborda as questões identitária para cada grupo, os entrevistados por elas, comentaram sobre a maioria dos alunos heterossexuais e homossexuais formarem grupos sociais no espaço escolar. Esses grupos, em sua maioria, acabam por não se misturarem. Com isso, elas ressaltam que é importante esse processo formativo de grupos na escola ou fora dela.

No entanto, cabe ressaltar que a formação de grupos tem um duplo papel na socialização, ao passo que possibilita ao sujeito uma proteção contra as violências sofridas, pois este já não está só, ao mesmo tempo que contribui para a consolidação da identidade individual do sujeito no grupo a que pertence e coletiva do grupo dentro da escola. Assim o grupo cria uma identificação própria, distinguindo-se dos demais. (MACEDO; GALVÃO, 2017, p. 1444).

Podemos perceber que a formação destes grupos acaba sendo uma alternativa de resistência entre eles para o pertencimento dentro do próprio grupo, onde ele pode ser aceito e não ser considerado fora da “norma”, além da prevenção de atos violentos para com esses

jovens no espaço escolar ou fara dele, em virtude de outros grupos sociais presentes neste mesmo espaço não os aceitarem.

Sobre a questão do protagonismo da escola, percebemos que a escola não tenta trabalhar certos assuntos transversais com seus alunos, e muitas não se importam em levar esses questionamentos para a sala de aula, mesmo com os Parâmetros Curriculares Nacionais estabelecendo que a escola deve trabalhar essas temáticas, como gênero e orientação sexual, mesmo com o forte posicionamento contrário de alguns órgãos recentemente.

Com isso, a escola mesmo trabalhado temáticas políticas, culturais e religiosas com os sujeitos ali envolvidos, ela acaba também reproduzindo elementos da dominação vigente. E volta na questão inicial deste trabalho, que a escola produz discursos heteronormativos, mas também, discursos que subvertem essa lógica de definição de padrão, valorizando esses novos discursos.

As autoras afirmara em seu trabalho que por meio desta pesquisa, puderam refletir sobre as possibilidades de ampliação do mesmo relacionado a essas duas categorias dialogadas aqui, uma é referente as diferenças de tratamento entre gays de classes sociais diferentes e, a segunda é sobre as consequências do *Bullying* LGBTfóbico na escola.

Embora todos os alunos possam ser afetados pelo *bullying* dentro da escola, os alvos mais prováveis são aqueles percebidos como diferentes da maioria, são aquele cuja sua identidade de gênero ou sexual é vista como diferente, são particularmente os mais vulneráveis. O *Bullying* com base em identidade de gênero e sexual percebidas é um tipo específico de *Bullying*, mas é definido como *Bullying* LGBTfóbico. A escola é um dos espaços sociais mais homofóbicos que existem. E o *Bullying* LGBTfóbico não afeta apenas alunos *gays*, lésbicas, bissexuais, transgêneros ou intersexuais. (UNESCO, 2013, 16).

E finalizam dizendo sobre a importância das discussões destas temáticas para buscarmos alternativas de combate a violência de gênero como um todo. Porque essa ampliação reflexiva é essencial. “Um passo importante é dar visibilidade a esta violência como estratégia de combatê-la, especialmente num período de formação da personalidade e de consolidação das identidades de gênero por parte dos adolescentes.” (MACEDO; GALVÃO, 2017, p. 1448).

3.2. Ações do Currículo

O segundo artigo aborda ações sobre *O cinema quer: a diversidade na tela da escola*, de autoria de Rafael Martins de Menezes e de Valdenia Pinto de Sampaio Araújo, e objetivou trazer, nesta comunicação oral, o cinema para a sala de aula como mecanismo de

complementação de aprendizagem dos estudantes do Ensino Médio do Campus Zona Sul, usando como palavras-chave: Cinema, Ensino, Gênero e Estudos Queer.

Os autores informaram que foram exibidos filmes que tinham como temática as homossexualidades na perspectiva de dar visibilidade a elas e do enfrentamento aos preconceitos dirigidos a essas pessoas, analisando os processos inclusivos e exclusivos envolvidos na educação utilizando o Cinema como uma perspectiva pedagógica/libertária, abordando visões de (re)(des)construção da sexualidade e gênero.

Esse artigo foi escrito através de um projeto PIBIC Jr do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí-IFPI, que foi executado em 2016, visando incluir o cinema como mecanismo de aprendizagem para a formação dos jovens e adolescentes do Instituto, no Campus Zona Sul, pois se compreendeu que o aprendizado desses alunos não poderia ser limitado a livros didáticos, bem como trabalhos escolares.

Esse projeto do cinema ajudaria, segundo os autores, a proporcionar aos jovens “instrumentos de diálogo, debate, reflexão, formação, vivências, dentre outros valores e sentimentos” (MENEZES, ARAÚJO, 2017, p. 688), porque promovendo outras alternativas para serem trabalhados os conteúdos curriculares obrigatórios na escola com outras metodologias, é necessário e importante, mas também que esses métodos possam promover discussões atuais que interferem no relacionamento das pessoas dentro deste espaço.

O Cinema tem sido uma ferramenta artística de expressão de ideias, sensações, opiniões, emoções, dentre outros sentimentos e valores. O cinema também desperta e provoca reflexões e se configura, cada vez mais, como uma alternativa de conexão entre pessoas e o mundo ao seu redor. Ele desperta encantamento e nos dá inúmeras possibilidades de aprendizado. (MENESES; ARAÚJO, 2017, p. 688).

Usar o cinema como ferramenta, foi uma das alternativas de aprendizagens que os autores promoveram para seus alunos que oportunizaram novas fontes e formas de saberes. E que trabalhar não somente o cinema, mas também o teatro, a dança, a música, esporte, arte, pintura e outras, são estratégias para trabalhar os conteúdos e as possibilidades de conhecimentos através delas.

Trabalhar filmes com várias temáticas é importante na contribuição dos processos de ensino e aprendizagem dos alunos por promover a reflexão, diálogos e discursos, valores, sentimentos e conhecimentos, principalmente voltadas as questões atuais e relativas às diversidades, visto que a afrodescendência, gênero e homossexualidades foram as temáticas mais trabalhadas e abordadas nos filmes, e ressaltada pelos autores que são temas urgentes, carentes de debates e que estão presentes na ambiência escolar.

O projeto Cinema Queer, foi intitulado assim, devido a escola não oferecer espaços de diálogo sobre a temática da homossexualidade, talvez por despreparo em abordar este assunto, ou por apenas se omitirem. No entanto, essas questões são delicadas, porém são necessárias e a escola deve oferecer mecanismos que ampliem os seus olhares e dos alunos para com as diferenças sociais, de gênero e entre outras na escola.

Considerando que a linguagem cinematográfica traz para a tela situações verídicas e fictícias que retratam nosso cotidiano e ampliam nossa capacidade de compreensão de diversos assuntos que nos rodeiam nos movem, afirmamos que o desenvolvimento deste projeto possibilita a ampliação do repertório cultural, a formação crítico-reflexiva e o estímulo ao diálogo. Tudo isso se configura em contribuição para o campus e para o entorno dele, visto que as aprendizagens ultrapassam a barreira física da escola. (MENESES; ARAÚJO, 2017, p. 689).

Aqui os autores comentam sobre as possibilidades que o cinema traz para a formação dos alunos, ao retratarem acontecimentos fictícios ou reais do cotidiano de nossa sociedade e o que o projeto Cinema Queer trouxe como contribuição para o Campus Zona Sul do Instituto em Piauí. Porém, Meneses e Araújo (2017) relataram também sobre as dificuldades encontradas em todo projeto de pesquisa, onde o grupo de pessoas pesquisadas devido a sua heterogeneidade não participaram de todos os filmes exibidos nas sessões, mesmo com a divulgação dos cartazes dos filmes,

[...] visto que influências como o tema do filme, horário e/ou data escolhida da exibição, condições físicas do ambiente da exibição, dentre outros foram interpretadas pelo grupo pesquisador como barreiras/estímulos que se configuraram como um termômetro da procura pelos filmes. (MENESES; ARAÚJO, 2017, p. 690).

Essa questão da dificuldade encontrada no projeto recai sobre como nossa sociedade hoje ainda está arraigada ao padrão heteronormativo e preconceituoso referente as temáticas atuais expostas nos filmes que foram exibidos, hoje ainda percebemos frequentemente que a escola brasileira não foi um espaço que buscou valorizar outras alternativas metodológicas e curriculares e, por isso, para muitos alunos trazem certa estranheza participar, atrelado sobretudo ao desinteresse desses alunos.

Entretanto, essas barreiras não podem ser levadas em consideração como algo desestimulantes para o andamento do processo de formulações de ações e práticas metodológicas que venham trazer em suas propostas mecanismos e conhecimentos sobre as questões sociais que circulam no ambiente escolar. Essas barreiras, devem ser um mecanismo de resistência e persistência para as pessoas que promovem e desenvolvem essas atividades, pois o objetivo maior de tudo isso, acaba sendo o reconhecimento das pessoas que participam destas ações, tanto como membros do projeto quanto os participantes das sessões.

Um dos filmes exibidos pelos autores do projeto e desta comunicação oral, foi o de nome *Tomboy*, pois segundo os autores, no filme é retratado uma realidade de pessoas que vivem uma oscilação entre o universo masculino e feminino e acabam sendo uma realidade de pessoas que vivenciam a transexualidade e não tem um reconhecimento social merecido. E afirmam ainda encontrar dificuldades sobre o tratamento que essas pautas têm, principalmente nas escolas, porque “dialogar sobre transexualidade é mergulhar profundo nos estudos de gênero, respeitando o seu caráter sócio-histórico e cultural e exige um exercício de análise”. (MENESES; ARAÚJO, 2017, p. 690).

A escola, dever trabalhar as temáticas relacionadas à gênero sob o ponto de vista que proporcionem o respeito e a liberdade de expressão de gênero ou sexual nesse espaço e não somente realizar o seu ensino, reforçando apenas o modelo heteronormativo que a sociedade aceita como o certo, o “normal” para uma grande maioria.

E os docentes devem promover a cidadania, além de oportunizarem diferentes formas, em suas metodologias ou não, de combatermos os preconceitos, as discriminações e os estereótipos nesse ambiente, de forma que essas temáticas atuais, como a identidade de gênero e sexual estão na escola e se tornam pertinentes, mesmo porque somos conscientes que essas manifestações são dolorosas e não podemos comparar os preconceitos sofridos pelas pessoas.

Então, a escola é um espaço que é possível reproduzir discursos e produzir discursos e práticas que visem o crescimento intelectual dos alunos. “Porém alguns métodos de aprendizagem se distanciam da realidade vivida pelos/as discentes. De fato, os conteúdos ensinados nas escolas, podem representar alienação ou libertação”. (MENESES; ARAÚJO, 2017, p. 691).

Com isso, vemos o quão importante é promover ações que fortaleçam o reconhecimento das pessoas que participam rotineiramente da escola, seja pelos professores, funcionários e gestores, ou seja pelos alunos. Mas o que importa aqui, são que alternativas são promovidas nesses espaços, que venham confrontar a nossa realidade social, não para provocar confrontos e violências, mais sim para promover a reflexão de que há outros discursos importantes e atuais a serem respeitados, valorizados e reconhecidos nesse ambiente, que nunca deixou de ser plural, mesmo com um modelo vigente heteronormativo.

A intenção sempre é reconhecer o outro socialmente como um indivíduo livre, autônomo, que tem sim seus direitos e deveres, mas que suas escolhas são respeitadas independentemente das suas escolhas, principalmente se não são as mesmas do que as minhas ou da sociedade, e dos espaços onde se circulam.

Na escola, antes mesmo de falarmos em respeito às diferenças, poderíamos questionar os processos sociocurriculares por meio dos quais elas são produzidas, nomeadas, desvalorizadas e marginalizadas. Assim discutiríamos relações de poder e processos de hierarquização e o que os “currículos” têm a ver com isso. Poderíamos, ao mesmo tempo, falar em respeito, questionar a produção da diferença e procurar desestabilizar processos de opressão e marginalização. (JUNQUEIRA, 2010, p. 227).

Com os filmes exibidos é notório que para Meneses e Araújo (2017), a exibição se apresenta como uma estratégia de conhecimento que vem para contemplar os estudos curriculares obrigatórios da escola, bem como os não obrigatórios, mas que circulam fortemente, por meio dessa linguagem virtual promotora de debates que vem despertar em muitos uma nova forma de se ver o ensino e seus novos caminhos, como o que a arte oferece.

3.3. Ações curriculares não formais/gerais

O terceiro artigo tem a temática voltada *A discussão de gênero na escola através da arte: reflexões*, de Antônio Alex Pereira de Souza, Ana Maria de Lira Pontes, que visaram relacionar os estudos do teórico Michel Foucault sobre liberdade, poder, cuidado de si e resistência ao cotidiano escolar através da análise do protagonismo infantil no que se referiu ao debate de gênero na escola, tendo como palavras-chave: Educação, Dança e Discussão de Gênero.

Essa comunicação oral visou buscar através das análises dos autores que repercussão e produção de uma apresentação de dança artística na escola realizada alunos do segundo ano do Ensino Médio de uma escola da rede pública de ensino de Fortaleza, Estado do Ceará, durante a semana cultural da escola promovida anualmente, não somente nessa escola, como em outras também. Mesmo sendo uma ação considerada não formal ou geral, ela faz parte da escola porque está dentro do calendário de muitas nesse e em outros municípios do Brasil.

Em seu resumo os autores Sousa e Pontes, comentam que a dança teve como objetivo lutar contra os preconceitos existentes na escola, pois todos os indivíduos que ali circulam merecem viver felizes e por esse motivo a dança foi representada como uma festa em que todos poderiam fazer parte, sejam negros, gordos, homossexuais, heterossexuais e outros, e através dessa apresentação artística esse espaço escolar pode promover debates e reflexões a todos após a apresentação da dança, que para muitos do corpo escolar, foi um choque de realidade por meio da coreografia, e passar a se ter um olhar mutuo e de apoio a esses alunos, principalmente na questão do fortalecimento de amizades nessa ambiência escolar.

A ideia geral da dança foi a de que todos poderiam ser felizes e fazer parte da festa, seja gordo/magro, negro/branco, homossexual/heterossexual, entre outros. Cada trecho de música e os passos de dança eram voltados para a questão da alegria,

houve uma pequena "passeata" com a bandeira LGBT e um beijo entre dois alunos. Ao final, houve uma espécie de "tomada" do pátio pelos estudantes do 2º ano (além daqueles que compunham a dança) compondo a "festa". (SOUSA; PONTES, 2017, p. 109).

Com isso, notamos nas falas dos autores que em muitos casos, no momento de planejamento de atividades extracurriculares na escola, algumas em sua maioria, não promovem a participação dos alunos no processo de decisão e elaboração de atividades que os próprios alunos irão participar. E relacionado a dança, os relatos presentes no texto nos mostram que “[...] a dança acabou por configurar-se como um manifesto contra preconceitos. (SOUSA; PONTES, 2017, p. 109).

Ainda há nas escolas um forte controle das ações que os alunos podem fazer nesse ambiente, relacionados a atividades pedagógicas em que os próprios alunos promovem e organizam quando se refere a algum movimento que a escola ou alguns dela não aprovem, por questões pessoais e acabam por restringir determinadas práticas organizadas por esses alunos alegando ser uma ação ofensiva a escola e a todos que frequentam este espaço, mas nem sempre esse “todos” se referem a todos realmente.

Temos o desafio de construir e consolidar a escola como um espaço público, republicano e laico. Para isso, é também fundamental trabalhar para que a escola não se torne uma continuidade das lógicas da esfera privada, do mundo doméstico e que não reproduza ou amplie as situações de desamparo e hostilidade a que muitos/as jovens e adolescentes, homens e mulheres (homossexuais ou não) estão submetidos/as em seus ambientes familiares, em suas comunidades ou em outros espaços. (JUNQUEIRA, 2010, p. 226).

É muito importante ressaltar que a escola é um espaço que mesmo caracterizado como laico, ele traz fortemente valores morais, cívicos e religiosos de nossas casas, porque, por exemplo, um professor claramente religioso, irá realizar suas práticas pautadas nessa vertente que segue, e se não souber separá-las, acaba tornando um mecanismo de poder contra quem não é a favor de suas práticas e vice-versa.

Há também, segundo Junqueira (2010, p. 09), professores/as que sem enxergam despreparados institucionalmente e sem respaldo para agir contra as normas da escola, mas isso, vem do lastro heteronormativo que todas as pessoas têm na sociedade. E muitos professores, mesmos inconformados com essas práticas ou normas em seus discursos, ainda assim, acabam reproduzindo o seu conformismo por essas matrizes e não percebem que estão persuadidos por esses discursos no que se refere a necessidade de ser promover mudanças nos modos de aprender e ensinar em relação a heteronormatividade.

A análise do caso apresentado pode seguir dois caminhos: verificação da escola como espaço no qual o respeito à diferença ainda é incipiente, mesmo que o debate

tenha se elevado; observação da juventude, nas mais diversas minorias, como população que reflete a realidade que está submetida, traçando estratégias de resistência e criando outras formas de sociabilidade. (SOUZA; PONTES, 2017, p. 109).

Os autores Sousa e Pontes (2017), relataram que realizaram entrevistas com três alunos participantes da apresentação cultural da dança da escola analisada, para saber como é que eles convivem nesse espaço escolar e sobre os porquês que objetivaram eles a elaborarem esse tipo de apresentação cultural contra os preconceitos existentes na escola e bem como toda repercussão que os mesmo tiveram nesse espaço antes, durante e depois de apresentarem no pátio da escola para todos.

Nas entrevistas, os autores afirmaram que os estudantes mostram suas estratégias de poder ao relatarem que registravam os alunos ensaiando em segredo na escola porque acreditavam que seriam repreendidos pelo corpo escolar sobre o tipo de apresentação destes jovens e que essa repressão aconteceu um pouco antes deles se apresentarem no dia específico da semana cultural, e essa repressão aconteceu porque um dos integrantes da gestão escolar deste espaço reclamou sobre o temo “viado” usado na apresentação com a justificativa de que os homossexuais sentissem discriminados.

Os estudantes relataram aos autores desta comunicação oral que o objetivo deles relacionado a apresentação dessa dança estava voltado a tingir um público específico, a partir dessa ação de resistência e indagações das regras da escola, esses alunos começaram a buscar mecanismos de luta e resistência como um contra poder presente dentro da escola, e a coreografia realizada por esses alunos tornou-se uma bandeira de luta desses alunos para serem respeitados nesta escola. Afinal, "todos' poderiam, enfim, participar da festa". (SOUZA; PONTES, 2017, p. 110).

Dessa forma, percebemos que tantos alunos/as e professores/as podem observar que assim como a Semana Cultural, a momentos dentro das atividades extracurriculares da escola que tantos os alunos e professores podem realizar ações que promovam o reconhecimento, valorização das diferenças e oportunidades de novos conhecimentos que não estão dentro dos conteúdos obrigatórios curriculares, mas que são importantes para o processo de ensino e aprendizagem desses alunos, além de possibilitar um espaço mais democrático e efetivo.

Enfim, a partir de um caso que poderia passar despercebido aos olhos do senso comum, inclusive de professores, pode-se verificar uma prática de resistência, atitudes criativas e lutas pela igualdade e enfretamento a violência, que fomentam a construção um ambiente escolar efetivamente democrático, bem como cidadãos éticos, que analisam suas atitudes e a forma como tratam os outros. (SOUZA; PONTES, 2017, p. 110).

Essas questões se tornam importantes porque toda essa discussão referente a apresentação artística desses alunos por meio da dança, levantou inúmeros questionamentos e discussões sobre as temáticas abordadas durante a dança que poderiam ser discutidas dentro da sala de aula com os alunos, no sentido de compreender os posicionamentos e olhares que os demais alunos que não participaram dessa apresentação tiveram sobre essa dança.

A quarta comunicação oral discute a *Homossexualidade, Juventude e Experiência Escolar: modos de ser e resistir na escola* do autor Júlio César de Oliveira Santos, que objetivou compreender quais são as estratégias de resistência realizadas pelos jovens homossexuais no espaço escolar de estudantes do Ensino Médio de escolas públicas de Pernambuco, tendo como palavras-chave: Homofobia, Violência de Gênero e Escolas.

E relata no resumo do trabalho que um dos principais elementos que se destacaram na pesquisa, foram nas narrativas dos alunos jovens entrevistados as questões como piadas, brincadeiras estão sempre presentes e acabam funcionando como uma espécie de reprodução de valores sexuais e de gênero, assim como sobre aqueles que estão fora dos padrões de gênero inteligível.

Essa comunicação oral é um recorte da dissertação de mestrado em educação do autor, que está intitulada “*Educação, juventude e homossexualidade: experiências escolares de jovens gays pobres*”, em 2017, que buscou compreender como a educação escolar participa do processo construtivo das experiências dos homossexuais, pobres e moradores de áreas como favelas e comunidades em Pernambuco.

Um dos motivos que o autor relata nesse trabalho, é o fato de que mesmo a escola sendo fortemente um espaço heteronormativo, ela produz aberturas, para outros pontos de vista e discursos, sobretudo, relacionados às identidades de gênero e sexuais, como estratégias e manejos de resistência e enfrentamentos a esses discursos heteronormativos, que insistem em estabelecer as normas em que os indivíduos heterossexuais e homossexuais devem viver sua sexualidade, mas desde que sejam pautadas e seguidas conforme a heterossexualidade. Com isso, diversas são as práticas curriculares oficiais ou não, a serem desenvolvidas na escola transformando as experiências de quem vivencia as suas formas.

Nesse contexto, estudantes LGBT – assim como quaisquer outros sujeitos cujas expressões de gênero sejam percebidas como anormais, ou estranhas – têm sido submetidos/as, na grande maioria das vezes, a formas de constrangimento, correções, controles, rejeições e marginalizações. Mas, também, desenvolvem distintas estratégias de manejo e resistência às dificuldades. (SANTOS, 2017, p. 1431-1432).

Por meio desse enunciado, o autor enfatiza que na sua pesquisa dois pontos prevaleceram como principais categorias de análise para a pesquisa, a primeira está fazendo referência a questões de “brincadeira” e “piadas” como mencionado anteriormente, que funcionam como meio dissimulado de reprodução do modelo sexual da heterossexualidade e enfatiza o que poderia se tornar uma estratégia para o manejo de situações que poderiam ser mais graves e trágicas.

E a segunda é referente a busca de práticas que minimizassem esse forte controle discursivo heteronormativo “através da constituição de redes de solidariedade e resistência articuladas em torno de atividades como a composição de uma banda, de um grêmio e/ou de simples relações de amizade”. (SANTOS, 2017, p. 1432).

“Frente a essas práticas, se ‘assumir como gay’ e ‘entrar’ nessas ‘brincadeiras’ foram percebidas como estratégias políticas para o enfrentamento de rituais de ‘heteroterrorismo’ e o manejo de situações que poderiam se tornar trágicas”. (SANTOS, 2017, p. 1432). Relevante ou participar de brincadeiras e piadas é uma forma que os alunos homossexuais e os demais discriminados na escola, encontram como um dos processos de permanência dentro deste ambiente, sem sofrer agressões maiores, visto que nesse local a aceitação das diferenças existentes na sala de aula de escolas ainda é complexo.

É interessante na fala do autor que os alunos como estratégia de resistência promovem redes de solidariedades e sensibilidades para a mobilização sobre o respeito e igualdade de convivência das diferenças existentes.

Produzem-se conflitos, bem como alianças, a partir do pertencimento a esses grupos. Eduardo conta que no início da formação e visibilidade do grupo, houveram reações por parte de alguns alunos (principalmente os meninos) e, de modo mais indireto, também, de alguns professores, que manifestavam pelo olhar, ou por indiretas, certa desaprovação do “estilo de vida” dos jovens. Afirmar-se como *bichas* têm efeitos nas lutas simbólicas travadas no cotidiano escolar. (SANTOS, 2017, p. 1434, grifos do autor).

Ainda se enfrentam no ambiente escolar dificuldades em aceitar essa temática, pois a formação de muitos alunos e professores implicam na moral e na ética do modelo heteronormativo imposto social e ideologicamente, visto que a implantação dessa temática como aceitação dessas diferenças para muitos profissionais do corpo escolar ainda é estranho de se trabalhar e discutir estratégias de respeito que busquem minimizar ações contrárias aos alunos que se assumem homossexuais e outras minorias na escola.

Um dos aspectos presentes nos relatos do autor sobre os seus entrevistados é a obtenção de determinados espaços para que assim fosse possível que as relações de grupos

existentes nela chegassem a determinadas organizações coletivas, que estabelecessem momentos em que os jovens pudessem realizar atividades que fossem de seus interesses e não somente de um determinado grupo. Isso é uma das conquistas travadas nesses espaços pelos alunos, enfrentados diariamente.

Na experiência de Antônio, a articulação entre alguns alunos homossexuais e uma aluna travestis, principalmente em torno das relações de amizade, se constituiu como uma importante estratégia de luta política na escola. Uma das expressões dessa resistência que exerciam foi à conquista de um espaço no horário das atividades esportivas no intervalo que era de interesse deles – principalmente vôlei e queimado. Ele contou que durante os intervalos, só havia jogos de futebol, porque “*os bofes dominavam*” e os alunos gays não se identificavam com o esporte. Depois de muita resistência e disputas, o grupo conseguiu organizar um quadro de horários de uso da quadra da escola, de modo que as suas demandas fossem incluídas. [...] Outro aspecto importante nessas formas de organização coletivas entre os alunos, e que aparece nas narrativas de Eduardo e Antônio, é o estabelecimento de relações de acolhimento, ao qual percebemos como *redes de solidariedade*. (SANTOS, 2017, p. 1434-1435, grifos do autor).

Nesse trabalho foi perceptível que não somente estão as práticas normativas e descriminalizantes, mas também atitudes e ações de resistências que os próprios alunos desenvolvem por meio de articulações com seus grupos sociais para a obtenção do reconhecimento como pertencentes à escola e que a criação de grupos, grêmios ou movimentos influencia a permanência de muitos alunos para enfrentar as adversidades impostas pelas normas sociais bem como a evitação de problemas individuais ou coletivos em virtude das lutas políticas na escola. E como essas ações desses alunos foram importantes para o desenvolvimento dos modos de agir e pensar sobre a temática envolvendo a LGBTfobia, relações de gênero e sexualidade.

A quinta e última comunicação oral é intitulada *Normativas e Dissidências de Gênero, Corpo e Sexualidade nas vivências de jovens em espaços escolares*, com autoria de Francisco Weriquis Silva Sales, que em seu texto buscou apresentar partes de sua pesquisa de mestrado, em fase de conclusão, com o objetivo de compreender as causas da heteronormatividade, além do sistema binário de gênero nas socializações de jovens no contexto escolar de uma escola pública de ensino médio de Teresina, com atenção aos processos normatizadores que atuam por meio do disciplinamento dos corpos e discursos, tendo como palavras-chave: Gênero, Sexualidade, Juventude, Escola, Normatividade e Dissidências.

Aqui Sales (2017) fixa sua atenção aos tipos de processos normalizadores que atuam como formas de disciplinamento dos corpos e dos discursos das pessoas que circulam, bem como as estratégias que esses jovens utilizam para a subversão dessas ações produzidas pelos processos educacionais, visando buscar quem são os agentes que atuam e os agentes que

recebem esses tipos de normas, que produzem os diversos marcadores sociais da diferença, inferiorizam os outros processos de vivências que grupos sociais presentes na escola e as subjetividades que esses jovens constroem dentro desse espaço.

A escola é um veículo social que desconstrói e reconstrói as ações referentes a modelos que historicamente estão pautados numa ordem, marcado por desigualdades e injustiças. E promover assuntos e práticas que visem a liberdade de expressão de gênero e sexual das pessoas que participam nesse espaço é o que necessita ser discutido para o combate à violência e a discriminação nesse ambiente. Entretanto, na maioria das vezes esses processos de construção da identidade de gênero e sexuais dxs sujeitos são negados na instituição escolar, mas ao negá-los não significa que não sejam executados. (SALES, 2017, p. 1863).

Sobre o processo educativo, em sua maioria ele constrói as identidades de gênero e sexuais sobre os sujeitos que até então são negados nessas instituições, mas para que esses processos sejam executados dentro da escola, devemos buscar mecanismos que minimizem barreiras de quem acabam sendo negados e silenciados. Outra questão são as identidades que são legitimadas e estabelecidas através das relações sociais no espaço escolar, e porque outras são negadas, marginalizadas e quais são os processos que estão enquadrados nessas normalizações.

Podemos perceber que há discursos nas escolas, das pessoas que são tradicionalmente excluídas, que é perceptível que ambos do corpo escolar e os alunos, promovam a dimensão da oportunidade do ingresso e da permanência de alunos que sejam discriminados dentro desse espaço, não só os sujeitos homossexuais, mas todos aqueles que sofrem qualquer forma de preconceito

Sales (2017) também comenta sobre como a escola utiliza os processos de resistência ali presentes e comenta sobre o teórico Michel Foucault que fala sobre o poder, e que onde há poder há resistência e esse seu caráter expressivo pode dizer para todos os envolvidos no processo de produção da sociedade ao receber poder, eles exercem poderes e tais discursos de poder proporcionam determinadas possibilidades discursivas que não se aceitam somente a desse modelo heteronormativo, mas sim que há outros discursos tão importantes quanto.

Percebo, e xs próprios sujeitos enunciam, que aquelas marcas utilizadas no processo de produção de significações pejorativas, que xs colocam às margens, ou mesmo fora delas, são utilizadas como instrumentos de resistência e subversão desses mesmos processos. Assim, gays e lésbicas, utilizam das transgressões de gênero para se afirmarem enquanto sujeitos, na explicitação desses usos e desusos dos elementos constituintes do gênero, expressam seu caráter de “Afrontamento”, “Tem que causar!”, “Viado escândalo”, “afrontosa”, “A senhora causa, né !!?”, “Se não for pra

causar, eu nem vou!”, todos esses discursos, proferidos no espaço escolar, referem-se ao uso da feminilidade por gays, que veem na desestabilização das normativas de gênero, uma possibilidade de serem percebidos e notados. (SALES, 2017, p. 1865).

Perceber nos enunciados dos próprios alunos entrevistados quais são os tipos de marcas produzidas, significativas e pejorativas que recebem dentro dessas escolas, nos faz entender que os mecanismos utilizados para a resistência são tão imperceptíveis ao nosso ver, mas que para eles têm tanto significado quanto importância, como um dos relatos nas quais eles dizem que irão “causar”.

Isso é uma forma de afrontamento às questões da escola, mas que para os alunos essa forma de afrontamento é um tipo de resistência, de defesa e de permanência naquele espaço, dizendo que possui uma identidade, um gênero e que não é a favor do modelo heteronormativo que insiste em dizer que homossexuais não podem demonstrar a sua sexualidade. Essas proibições causam para esses alunos uma forma de enfrentamento de luta e resistência a todos os mecanismos de coesão que a escola tenta hoje fazer com que todos independentemente da classe, raça, orientação sexual e da identidade de gênero.

O desafio é perceber nessas zonas de desestabilização das inteligibilidades de gênero e sexualidade, a possibilidade da construção de tantas outras inteligibilidades, de existências, de processos de constituição dos sujeitos, de afirmação de identidades, de usos e desusos do gênero, sexualidade, dos corpos, das poéticas da existência e afetos, do compartilhamento das experiências enquanto sujeitos. (SALES, 2017, p. 1866).

Contudo, o desafio seria percebermos que essas zonas de se fazer gênero e sexualidade na escola precisam ser desestabilizadas e uma das formas que encontramos é afrontar esse modelo, como uma possibilidade de construir tantas outras formas de resistências nos processos curriculares e não curriculares dentro do espaço escolar, na busca de compartilhamentos das experiências que esses próprios sujeitos homossexuais podem trazer com inúmeras significâncias ao modelo educativo, não só para os professores, mas também para a escola e sociedade.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Buscamos evidenciar nesse trabalho as práticas de resistência contra a LGBTfobia vêm sendo desenvolvidas no currículo da Educação Básica, onde buscamos, especificamente por meio de comunicações orais retiradas de sítios eletrônicos de eventos voltados a gênero, sexualidade e educação, textos que relatassem os tipos de ações são realizadas na promoção de mecanismos de resistência, sobretudo no que se refere as relações de poder e saber existentes nesses espaços e nesses discursos.

O que se pôde compreender a partir deste estudo é que que todos os argumentos presentes nas cinco comunicações orais desta pesquisa estão relacionados à presença de discursos heteronormativos que a escola constrói fortemente nos seus currículos obrigatórios, nas suas normas de condutas e nas sociais que os alunos devem adotar dentro desse espaço e das políticas públicas que reforçam ainda mais esses modelos heteronormativos vigentes na nossa sociedade hoje, que não deixa de ser uma atualização histórica de nossas sociedades passadas.

Buscar uma alternativa, no âmbito escolar, que venha desconstruir esses modelos vigentes não se limita, apenas, à forma em que educadores aplicam os conteúdos curriculares. É certo, que a sociedade atual reforça cada vez mais esse modelo heteronormativo, mas promover discursos que saiam dessa perspectiva e que visem o desenvolvimento e a produção de novos discursos para dar visibilidade a uma minoria dentro da escola, que sempre vem sofrendo ameaças, discriminações e preconceitos, é o que muitos pesquisadores estão discutindo em eventos, trazendo novas temáticas, metodologias e dicas a serem discutidas não só nos espaços escolares, mas também fora deles, e uma delas é a questão das identidades sexuais e de gêneros.

Ainda percebemos que a questão da sexualidade na escola traz uma certa repulsa a determinados posicionamentos de pessoas no espaço escolar, da família e dos alunos que não aceitam as outras formas de se viver a sexualidade, ou seja, acabam por reforçar ainda mais essa heteronormatividade, que impõem que todas as pessoas, independentemente de como vivem a sua sexualidade, devam andar sobre as condutas da sexualidade heterossexual, como se o fato do homossexual exibir a sua sexualidade em público fosse muito forte para a sociedade a ponto de ela não aceitar.

Foucault (1988) discute que a sexualidade como um dispositivo histórico veio para mostrar que os outros discursos sobre o sexo e sobre a sexualidade eram tão importantes quanto os que estavam sendo ditos nessa época. Não para dizer que as pessoas deveriam fugir

da “norma”, mas que se fosse para fugir da norma, sendo um invertido, seria para mostrar à sociedade que essa inversão traz benefícios para as relações sociais existentes na nossa sociedade.

Outro fator importante, está atrelado a questão das lutas de resistência travadas no espaço escolar nos artigos analisados, pois podemos perceber que há diversas formas e diversos discursos que promovem a resistência diariamente nesse espaço, seja por uma ação curricular em uma disciplina como parte metodológica diferente da qual estamos acostumados a ter em nossas salas de aulas, seja por uma ação no PPP da escola, na qual vem trazer uma perspectiva de modelo inclusivo onde seja respeitado as diferenças existentes dentro desse espaço, ou seja pelas ações gerais promovidas anualmente na escola.

Essas ações gerais podem ser semanas culturais, mas também podem ser as resistências que os próprios alunos fazem contra as formas de preconceitos e discriminações que sofrem diariamente e que às vezes a escola, o professor e os seus próprios alunos não percebem e acabam ainda mais reforçando quando se omitem ou então quando realizam essas práticas.

Resistir é uma forma de dizer que há poderes sim, mas que esses poderes não podem ser impostos e aceitos como único e exclusivos por todas as pessoas. Compreendemos que há pensamentos e esses pensamentos são divergentes quando se refere às questões sociais, culturais, políticas das pessoas. E a escola como um espaço que está atrelada a todos esses discursos não deve assumir um posicionamento neutro, mas também não deve agir por um tipo de modelo somente.

Com a análise dessas comunicações orais também foi possível compreender que podemos traçar modelos metodológicos que irão fortalecer a permanência e conclusão de ensino de muitos alunos homossexuais que são discriminados, rejeitados pelas suas famílias e que encontram suporte na escola para superar essas barreiras. É óbvio que nem sempre isso acontece, mas é o que a escola deveria fazer acontecer.

A da discussão sobre essa temática, voltada às análises das comunicações orais de eventos científicos abordadas nessa temática, permitiu compreender que no meio acadêmico ainda há pouco reconhecimento sobre o tema da LGBTfobia. Vemos ainda a necessidade de promover um espaço de diálogo sobre essas temáticas através de discussões publicáveis sobre que ações foram realizadas para o combate à LGBTfobia dentro do currículo escolar, seja por uma ação geral ou não na escola. Isso são mecanismos de resistência até para os que se sentem ameaçados com as mudanças governamentais políticas vigentes hoje em nossa sociedade e no Brasil.

Sabermos que em nosso país estão sendo desenvolvidas várias ações voltadas às minorias dentro do espaço escolar é um estímulo para continuarmos investindo em pesquisas científicas sobre essas questões, o que se faz importante também para promoção de publicações e debates sobre a temática com outras pessoas que têm conhecimentos sobre o tema e também para aqueles que estão tendo a oportunidade de conhecer a temática recentemente.

Poder conhecer um pouco da temática sobre a sexualidade através desta pesquisa e deste trabalho nos fez ampliar olhares que antes não eram notados e tão valorizados no sentido de compreender que o modelo heteronormativo vigente acaba mudando os pensamentos das pessoas dentro do ambiente escolar de uma forma tão dissimulada e sutil que não conseguimos perceber a presença dele nesse ambiente, e muitas vezes acaba nos fazendo não reconhecer as novas formas de se viver a sexualidade, de pertencer a uma identidade, seja sexual e de gênero, que seja respeitada.

Fazer parte de um novo campo de produção acadêmica é importante para a amplitude do olhar crítico sobre a sociedade, aos casos de discriminação, preconceito e de resistências contra a LGBTfobia. Não é simplesmente ao tema da sexualidade, mas a todas as questões políticas que influenciam muito o nosso cotidiano, e as ações que viemos a apresentar para com as pessoas. Isso está atrelado a história que a sociedade vem produzindo por meio dos seus discursos sobre o caminho certo de se viver a sexualidade.

É um pouco absurdo ter que aceitar que o modelo heteronormativo impõem normas que exigem que tanto homossexuais quanto heterossexuais devam segui-los. Esse modelo fere algumas pessoas homossexuais, não só emocionalmente, mas fere os seus direitos, deveres, princípios, caráter, anseios e suas lutas de resistir contra a imposição social.

Em suma, para que a sociedade tenha uma compreensão da importância de se discutir temáticas que ampliem as oportunidades, a valorização e o respeito que essas pessoas homossexuais precisam ter hoje, é necessário e importante, independentemente dos discursos políticos que insistem em reforçar diariamente essa normalização, que outros discursos mostrem que não há mais como sustentar a invisibilidade das pessoas LGBT e que sejam desenvolvidas e publicizadas ações que mostrem como os sujeitos homossexuais ou transexuais podem deixar de ser constituídos por esses discursos, vindo a assumir outras posições na sociedade.

5 REFERÊNCIAS

- BENEVIDES, Bruna G.; NOGUEIRA, Sayonara Naider Bonfim. Associação Nacional de Travestis e Transexuais do Brasil (ANTRA) Instituto Brasileiro Trans de Educação (IBTE). **Dossiê dos assassinatos e da violência contra travestis e transexuais no Brasil em 2018**. Brasil, Copyright. 2019. Disponível em: <<http://www.revistas2.uepg.br/index.php/rlagg>>
- BORRILLO, DANIEL. **Homofobia: história e crítica de um preconceito**. Belo Horizonte: Autêntica. 2010.
- BRANCO, Guilherme Catelo. Ontologia do presente, racismo, lutas de resistência. In: PASSOS, Izabel C. Friche. **Poder, normalização e violência: inclusões foucaultianas para a atualidade**. Belo Horizonte: Autêntica, 2018.
- BRASIL. **Resposta do setor de educação ao bullying homofóbico**. – Brasília: UNESCO, 2013.
- BUTLER, Judith. Inversões sexuais. In: PASSOS, Izabel C. Friche. **Poder, normalização e violência: inclusões foucaultianas para a atualidade**. Belo Horizonte: Autêntica, 2018.
- FISCHER, Rosa Maria Bueno. **Foucault e a análise do discurso em educação**. Cadernos de Pesquisa, n. 114, 2001.
- FERRARI, Anderson. Diversidades, sexualidades e orientações sexuais. In: FILHA, Costantina Xavier. **Sexualidades, gênero e diferenças das infâncias**. Campo Grande-MS: Ed. UFMS, 2012.
- FERRARI, Anderson. Sexualidades, masculinidades, orientação sexual. In: FILHA, Costantina Xavier. **Sexualidades, gênero e diferenças das infâncias**. Campo Grande-MS: Ed. UFMS, 2012.
- FERREIRA; Mauricio dos Santos; TRAVERSINI, Clarice Salete. **A Análise Foucaultiana do Discurso como Ferramenta Metodológica de Pesquisa**. Educação & Realidade, Porto Alegre, v. 38, n. 1, p. 207-226, jan./mar.2013. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/edu_realidade> Acesso em: Janeiro de 2019.
- FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I: A vontade de saber**. Rio de Janeiro: Graal, 1988.
- GARCIA, Célio. Resistência a partir de Foucault. In: PASSOS, Izabel C. Friche. **Poder, normalização e violência: incursões foucaultianas para a atualidade**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008.
- GODOY, Arilda Schmidt. **Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades**. ARTIGOS, 1995.
- GHEDIN, Evandro. **Estágio com pesquisa**. São Paulo: Cortez, 2015.
- JUNQUEIRA, Rogério Diniz. **Currículo heteronormativo e cotidiano escolar homofóbico**. ESPAÇO DO CURRÍCULO. v.2, n.2, pp.208-230. 2010.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. **Currículo, cotidiano escolar e heteronormatividade em relatos de professoras da rede pública.** Fazendo Gênero 9 Diásporas, Diversidades, Deslocamentos. 2010.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. Cotidiano escolar, heteronormatividade e homofobia: por uma ampliação dos horizontes pedagógicos, ou quem tem medo de novos olhares na escola?. In: FILHA, Constantina Xavier. **Sexualidades, gênero e diferenças das infâncias.** Campo Grande-MS: Ed. UFMS, 2012.

LISBOA, Rose Suellen. **Guia de elaboração de trabalhos acadêmicos.** — 2. ed., rev., ampl. e atual. — Belém: Universidade Federal do Pará, Biblioteca Central, 2019.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: Uma perspectiva pós-estruturalista.** Petrópolis-RJ: Vozes, 1997.

LOURO, Guacira Lopes. **O Corpo Educado: Pedagogias da sexualidade.** Belo Horizonte: Autêntica. 2000.

LOURO, Guacira Lopes. Foucault e os estudos queer. In: RAGO, Margareth; VEIGA-NETO; Alfredo. **Para uma vida não-facista.** Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

MACEDO, Fabiana Farias; GALVÃO, Sheylla de Kassia Silva. **A identidade e violência de gênero no cariri paraibano homofobia no ambiente escolar.** Seminário Internacional Desfazendo Gênero. Campina Grande-PB: UEPB, 2017.

MENDES, Sandra Karina Barbosa. **‘Diferentes, porém iguais’:** o acontecimento do combate à homofobia no currículo do projeto Saúde e Prevenção na Escola (SPE). 2016. 229f.. Tese de Doutorado (Doutorado Acadêmico em Educação) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2016.

MENESES, ARAÚJO. **Cinema queer:** A diversidade na tela da escola. Seminário Internacional Desfazendo Gênero. Campina Grande-PB: UEPB, 2017.

MOTTA, Priscila Canova; GASPAR, Nádea Regina. **Estratégias de saber e poder:** análise discursiva foucaultiana do filme *O anjo exterminador*, de Buñuel. IV CONALI - Congresso Nacional de Linguagens em Interação. Múltiplos Olhares. 2013.

NOGUEIRA, Gilmaro; COLLING, Leandro. Homofobia, heterossexismo, heterossexualidade compulsória, heteronormatividade. In: COLLING, Ana Maria; TEDESCHI, Losandro Antônio. **Dicionário Crítico de Gênero.** 2. Ed. Dourados-MS: Ed. Universidade Federal da Grande Dourados, 2019.

PINHO, Raquel; PULCINO, Rachel. **Desfazendo os nós heteronormativos da escola:** contribuições dos estudos culturais e dos movimentos LGBTTT. Educ. Pesqui. São Paulo, v.42, n. 3, p. 665-680, jul./set. 2016.

PRADO. Marco Aurélio Máximo. Homofobia: muitos fenômenos sob o mesmo nome. In: BORRILLO, Daniel. **Homofobia:** história e crítica de um preconceito. Belo Horizonte: Autêntica. 2010.

SALES, Francisco Weriquis Silva. **Normativas e dissidências de gênero, corpo e sexualidade nas vivências de jovens em espaços escolares.** Seminário Internacional Desfazendo Gênero. Campina Grande-PB: UEPB, 2017.

SALIH, Sara. **Judith Butler e a teoria queer.** Autêntica. 2016. Disponível em: <<https://www.amazon.com/Judith-Butler-Teoria-Queer-Portugueseebook/dp/B01N1SQBUQ>> Acesso em: Junho de 2019.

SANTOS, Júlio César de Oliveira. **Homossexualidade, juventude e experiência escolar: modos de ser e resistir na escola.** Seminário Internacional Desfazendo Gênero. Campina Grande-PB: UEPB, 2017.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do Trabalho Científico.** – 23 ed. rev. e atual. – São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA, Tomas Tadeu. Uma coisa “estranha” no currículo: a teoria queer. In: SILVA, Tomas Tadeu. **Documentos de Identidade: uma introdução às teorias do currículo.** Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

SOUSA, Antônio Alex Pereira; PONTES, Anna Maria de Lira. **A discussão de gênero na escola através da arte: reflexões.** Seminário Internacional Desfazendo Gênero. Campina Grande-PB: UEPB, 2017.

WOLFF, Cristina Scheibe. Resistência. In: COLLING, Ana Maria; TEDESCHI, Losandro Antônio. **Dicionário Crítico de Gênero.** 2. Ed. Dourados-MS: Ed. Universidade Federal da Grande Dourados, 2019.